

Universidade de Lisboa

Faculdade de Direito



**A admissibilidade de alegação e conhecimento de factos supervenientes  
em sede de recurso cível**

**Nicole Escudeiro Gabriel**

Dissertação para obtenção do Grau de Mestre

Mestrado Profissionalizante em Ciências Jurídico-Forenses

Barreiro, 2014

Universidade de Lisboa

Faculdade de Direito



**A admissibilidade de alegação e conhecimento de factos supervenientes  
em sede de recurso cível**

**Nicole Escudeiro Gabriel**

Dissertação para obtenção do Grau de Mestre orientada pelo Prof. Doutor Rui Pinto

Mestrado Profissionalizante em Ciências Jurídico-Forenses

Barreiro, 2014

## **Agradecimentos**

Dedico a presente dissertação de Mestrado à minha família e em particular aos meus pais, que tudo fizeram para que me fosse possível chegar até aqui. A eles dirijo o meu mais profundo agradecimento.

Deixo também uma palavra de apreço ao Prof. Doutor Rui Pinto que aceitou orientar-me ao longo desta dissertação.

Por fim, um agradecimento a todos os colegas da Direção de Serviços de Assuntos Jurídicos da Secretaria-Geral do Ministério da Defesa Nacional pela compreensão e disponibilidade demonstrada durante os último tempos de conclusão do presente estudo.

## Índice

Resumo e palavras-chave.....	p. 5
Abstract e key-words.....	p. 6
Lista de abreviaturas.....	p. 7
1. Introdução.....	p. 8
2. O objeto do processo e a alegação e conhecimento de factos em 1. <sup>a</sup> instância.....	p. 10
2.1. O objeto do processo.....	p. 10
2.2. Os factos em processo civil.....	p. 11
2.2.1. Factos essenciais.....	p. 11
2.2.2. Factos complementares ou concretizadores.....	p. 16
2.2.3. Factos instrumentais.....	p. 17
3. A alegação e o conhecimento de factos essenciais supervenientes relativos ao mérito da causa em sede de recurso cível.....	p. 18
3.1. O Direito comparado.....	p. 20
3.2. A Doutrina.....	p. 23
3.3. A Jurisprudência.....	p. 32
3.4. Posição perfilhada: a admissibilidade de alegação e conhecimento de factos essenciais supervenientes relativos ao mérito da causa em sede de recurso.....	p. 35
3.4.1. Sistema de recursos português: recursos de reponderação vs recursos de reexame.....	p. 36
3.4.2. Os princípios de processo civil em causa.....	p. 38
3.4.3. Limites à admissibilidade.....	p. 41
3.4.4. Regime aplicável aos casos em que é admissível.....	p. 43
3.4.5. A prova dos factos.....	p. 51
3.4.6. Recurso extraordinário de revisão.....	p. 52
4. Conclusão.....	p. 54
Bibliografia.....	p. 55

## **Resumo**

A questão objeto de estudo é a de saber se é admissível às partes alegar e ao tribunal conhecer de factos essenciais supervenientes que se prendam com o mérito da causa, em sede de recurso cível. Para o efeito consideramos factos supervenientes aqueles que ocorram ou sejam conhecidos posteriormente ao encerramento da discussão em 1.ª instância.

De fora do nosso objeto ficam os factos velhos, os de conhecimento oficioso, os relativos a pressupostos processuais, os notórios, bem como os factos não essenciais, uma vez que a discussão em torno da sua admissibilidade ou não é bastante mais pacífica.

Segundo o entendimento tradicional na doutrina e segundo a Jurisprudência amplamente maioritária em Portugal, salvo o caso excecional em que exista acordo entre as partes, o tribunal de recurso só pode conhecer de factos supervenientes que foram alegados até ao encerramento da discussão em 1.ª instância. Como fundamento para esta orientação é utilizado essencialmente o princípio da estabilidade da instância e a consideração de que em Portugal vigora um sistema de recursos de reponderação.

Perfilhamos outra orientação. A nosso ver a estabilidade da instância nem sempre se deve impor e na verdade o sistema de recursos português não é de pura reponderação. Baseando-nos na remissão legal prevista no art.º 663.º, n.º 2, que determina a aplicação em recurso do art.º 611.º, e tendo em vista a economia processual e a verdade material, consideramos admissível a alegação e o conhecimento de factos essenciais supervenientes relativos ao mérito da causa em sede de recurso, desde que respeitadas algumas limitações.

Não existindo acordo entre as partes, devem admitir-se os factos supervenientes desde que, no caso concreto, não se verifique uma perturbação inconveniente para o julgamento do pleito, sendo que esta é uma ponderação que ficará a cargo do julgador. As partes deverão ainda agir de boa fé e deverá ser assegurado o contraditório.

## **Palavras-chave:**

Objeto do processo; objeto do recurso; recurso de reponderação; recurso de reexame; factos novos; factos velhos; factos supervenientes; factos essenciais; factos relativos ao mérito da causa; economia processual; verdade material; estabilidade da instância; perturbação inconveniente da lide; contraditório; boa fé.

## **Abstract**

The question object of study is to know if is admissible to the parties allege and to the court decide about essential supervenient facts concerning the substance of the case, in civil appeal. To this end we consider supervening facts those which occur or are known after the close of the discussion in judicial court.

Outside of our object are old facts, facts of its own motion, facts concerning the procedural prerequisites and notorious facts, as well as non-essential facts, once the discussion on their admissibility or not is much more peaceful.

According to the traditional understanding of the doctrine and according to the majority Jurisprudence in Portugal, unless the exceptional case where there is agreement between the parties, the appellate court can only take cognizance of supervenient facts which were alleged until the end of the discussion in judicial court. As a foundation for this orientation is essentially used the principle of stability of the proceedings and the fact that in Portugal there is an appeal for reweighting system.

We follow another orientation. We believe the stability of the proceedings should not always be imposed and also that the portuguese appeals system is not pure reweighting. Based on the legal remission provided in the art.º 663.º, n.º 2, which determines the application on appeal of the art.º 611, and in view of procedural economy and the material fact, we consider admissible the allegation and knowledge of essential supervenient facts concerning the substance of the case on appeal, as long as some limitations are respected.

In case of no agreement between the parties, the supervenient facts must be admitted as long as, in the particular case, there is not an inconvenient disturbance of the dispute, and this is a consideration that shall be judge's responsibility. The parties must also act in good faith and the contradictory must be ensured.

## **Key-words:**

Object of the process; object of the appeal; appeal for reweighting; appeal for review; new facts; old facts; supervenient facts; essential facts; facts concerning the substance of the case; procedural economy; the material fact; stability of the proceedings; inconvenient disturbance of the dispute; contradictory; good faith.

## **Lista de abreviaturas**

Ac./Acs. – Acórdão/Acórdãos

Art.º/art.º/Arts./arts. – Artigo/artigo/Artigos/artigos

CC – Código Civil

cit. – citada

Cfr. – Confrontar

CPC – Código de Processo Civil

LEC – Ley de Enjuiciamiento Civil (Espanhola)

Ob./ob. – Obra/obra

STJ – Supremo Tribunal de Justiça

TRL – Tribunal da Relação de Lisboa

TRP – Tribunal da Relação do Porto

## **1. Introdução**

A presente dissertação tem como objeto a questão controversa de saber se os tribunais de recurso podem, em processo civil, conhecer de factos supervenientes alegados pelas partes.

Sem prejuízo de posterior abordagem, importa, desde já, tecer algumas considerações de forma a delimitar convenientemente o objeto do presente estudo.

Em primeiro lugar, debruçar-nos-emos essencialmente sobre os factos supervenientes e não sobre os factos velhos (também designados, por alguns, como factos novos), isto é, aqueles que poderiam e deveriam ter sido tempestivamente levados ao conhecimento do tribunal de primeira instância pelas partes e não o foram.

Em segundo lugar, para o presente estudo relevam apenas os factos cujo conhecimento pelo tribunal depende de alegação pelas partes, excluindo-se à partida aqueles de que qualquer tribunal pode e deve conhecer mesmo oficiosamente, ou seja, os factos de conhecimento oficioso.

Em terceiro lugar, acabam por também só fazer parte da nossa discussão os factos que se prendem com o mérito da causa, ficando de fora os factos relativos aos pressupostos processuais, pois quanto a estes tem-se entendido que podem e devem ser conhecidos.

Por fim, de realçar que a análise de focará essencialmente no recurso ordinário de apelação, no entanto, não é excluído à partida o recurso extraordinário de revisão, pois também aqui nos parece haver uma palavra a dizer quanto à matéria objeto de análise.

De qualquer modo, haverá uma necessidade inicial de analisar todos estes conceitos introdutórios, bem como de tecer considerações sobre o regime legal de alegação e conhecimento de factos em processo civil, em geral (inclusive no tribunal de 1.<sup>a</sup> instância e incluindo factos novos, factos de conhecimento oficioso, bem como factos relativos ao mérito da causa).

O objetivo último será, obviamente, a tomada de posição sobre o problema da admissibilidade ou não de alegação e conhecimento de factos supervenientes em sede de recurso. Mas para que tal seja possível terá, necessariamente, de ser feita uma breve incursão pelo direito comparado, uma referência às doutrinas divergentes, bem como uma análise jurisprudencial



Cumprе ressalvar que serão sempre tidas em conta as recentes alterações legislativas, introduzidas pela Lei n.º 41/2013, de 26 de junho, com a necessidade de avaliar o impacto que as mesmas terão tido para a questão que aqui se coloca. Atente-se que sobretudo nas citações, os artigos do CPC mencionados estarão desatualizados, pelo que tentaremos, sempre que possível e indispensável, indicar os artigos correspondentes no novo CPC.

## **2. O objeto do processo e a alegação e conhecimento de factos em 1.<sup>a</sup> instância**

### **2.1. O objeto do processo**

O objeto do processo é a matéria sobre a qual o tribunal é chamado a pronunciar-se, sendo constituído, como é sabido, por dois elementos: o pedido e a causa de pedir.

Ora se o pedido é a forma de tutela jurisdicional requerida para um direito subjetivo ou interesse legalmente protegido, já a causa de pedir é constituída pelos factos necessários para individualizar esse direito ou interesse invocado pela parte.

Os factos que integram a causa de pedir são os factos essenciais, havendo que distinguir destes quer os factos complementares ou concretizadores quer os factos instrumentais.

Note-se que, neste âmbito vigora, o princípio do dispositivo que é um dos princípios estruturantes do nosso processo civil, segundo o qual cabe às partes conformar o objeto do processo, mediante a formulação do pedido e a alegação dos factos que lhe sirvam de fundamento ou que fundamentem a defesa contra ele deduzida.

No entanto, como qualquer princípio, o princípio do dispositivo comporta algumas limitações, como veremos adiante.

No que ao pedido diz respeito o CPC é bastante claro quanto à necessidade de ser formulado por quem recorre ao tribunal e à proibição de pronúncia por parte deste sobre conflito de interesses cuja resolução não tenha sido pedida, é chamado princípio do pedido, previsto desde logo no art.º 3.º, n.º 1, mas também nos artigos 608.º, n.º 2, 2.<sup>a</sup> parte, e 609.º, n.º 1. Impõe-se ao tribunal que condene ou absolva nos limites do pedido e sem pedido o tribunal não pode proferir qualquer decisão. Até porque se a decisão judicial condenar em quantidade superior ou em objeto diverso do pedido a sentença é nula, nos termos do art.º 615.º, n.º 1, alínea e).

No entanto, admitem-se exceções, sendo possível em alguns casos o tribunal condenar em objeto diverso do pedido ou em pedido não expressamente formulado, ou seja, em pedido que apenas estava implícito.

O primeiro caso excecional referido está previsto no art.º 609.º, n.º 3. Com base no referido artigo, é possível ao juiz conceder a restituição da posse se for essa a situação realmente verificada, ainda que apenas tenha sido requerida a manutenção da

posse e o mesmo vale na situação inversa, ou seja, é possível conceder a manutenção pese embora o pedido seja o de restituição da posse.

A segunda exceção é a dos chamados pedidos implícitos e surge, por exemplo, no art.º 8.º do Código do Registo Predial, onde se prevê que a *“impugnação judicial de factos registados faz presumir o pedido de cancelamento do respetivo registo.”* Pese embora as poucas previsões legais de pedidos implícitos, tanto a doutrina como a jurisprudência têm aceite o seu reconhecimento noutras situações. A título de exemplo, tem-se considerado que *“o tribunal deve (...) condenar o réu a restituir o que tiver recebido em cumprimento do contrato quando, em ação de cumprimento, se decidir pela sua nulidade (...) ou ainda declarar resolvido o contrato de arrendamento se o autor apenas pediu a condenação do réu a despejar o local arrendado”*<sup>1</sup>. Note-se que, embora esta seja tradicionalmente considerada uma exceção, o que aqui se verifica é que o tribunal de recurso pode conhecer de um pedido que não foi formulado e de que o tribunal de 1.ª instância não conheceu, mas na verdade o tribunal de 1ª Instância já podia ter conhecido desse pedido.

Ora o pedido deve ser formulado logo na petição inicial, como dispõe o art.º 552.º, n.º 1, alínea e), e deverá, regra geral, manter-se inalterado.

No entanto, a lei prevê a possibilidade deste ser ampliado e/ou alterado, em qualquer fase do processo e até mesmo em 2.ª instância, caso exista acordo das partes, nos termos do art.º 264.º. Não existindo esse acordo, o autor só pode ampliar o pedido até ao encerramento da discussão em primeira instância se tal ampliação for desenvolvimento ou consequência do pedido primitivo, nos termos do art.º 265.º, n.º 2. Já quanto à redução do pedido, o autor pode fazê-la em qualquer altura do processo, nos termos do já mencionado art.º 265.º, n.º 2.

## **2.2. Os factos em processo civil**

No que diz respeito aos factos que fundam o pedido ou a defesa contra ele deduzida, há que distinguir os factos essenciais dos factos instrumentais.

### **2.2.1. Factos essenciais**

---

<sup>1</sup> PISSARRA, Nuno Andrade. O conhecimento de factos supervenientes relativos ao mérito da causa pelo Tribunal de recurso em processo civil. In *Revista da Ordem dos Advogados – ROA*, 2012 (Ano 72), n.º1, p. 290.

Os factos essenciais que fundam o pedido são os que integram a causa de pedir, isto é, são aqueles em que se baseia a pretensão deduzida pelo autor, de acordo com o art.º 581.º, n.º 4, 1.ª parte. São os factos constitutivos do seu direito ou integrantes do facto cuja existência ou inexistência afirma. Enquanto factos “*que realizam uma função constitutiva do direito invocado pelo autor*”<sup>2</sup> e “*permitem individualizar a situação jurídica alegada na acção*”<sup>3</sup>, a falta da sua alegação gera ineptidão da petição inicial e a consequente nulidade de todo o processo (art.º 186.º, n.º 1 e n.º 2, alínea a), o que culmina com a absolvição da instância (art.º 278.º, n.º 1, alínea b), pela verificação de uma excepção dilatória (art.º 577.º, alínea b). Já “*a deficiência na sua alegação, não suprida, origina a improcedência da acção, com a consequente absolvição do pedido.*”<sup>4</sup> Os factos essenciais que fundam a defesa do réu (ou do reconvinte) são os que integram as excepções perentórias, isto é, aqueles que impedem, modificam ou extinguem o efeito jurídico dos factos articulados pela parte contrária, levando à absolvição total ou parcial do que foi pedido (art.º 576.º, n.º 3). A falta da sua alegação ou a insuficiência da mesma, não suprida, podem contribuir para a condenação do réu no pedido.

Os factos essenciais que fundam o pedido e as excepções devem ser alegados pelas partes e só por elas podem ser trazidos ao processo, nos termos do art.º 5.º, n.º 1. Não é, por via de regra, permitido ao juiz tê-los em consideração se os mesmos não forem alegados, no entanto, excepcionalmente tal poderá acontecer, *maxime* nos casos previstos no artigo 412.º – factos notórios e factos de que o tribunal tem conhecimento por virtude do exercício das suas funções.

Relativamente ao momento de alegação dos factos essenciais importa fazer uma distinção, consoante se trate de factos ocorridos ou conhecidos até ao momento da apresentação dos articulados normais (factos velhos) ou de factos supervenientes.

Relativamente aos primeiros, se fundarem o pedido do autor devem desde logo ser articulados na petição inicial, nos termos do art.º 552.º, n.º 1, alínea d). Como já foi referido, tais factos sendo constitutivos da situação jurídica invocada pelo autor, formam a causa de pedir e, como tal, têm de seguir individualizados logo na petição inicial, sob pena de nulidade de todo o processo, por ineptidão (art.º 186.º, n.º 2, alínea a).

---

<sup>2</sup> SOUSA, Miguel Teixeira de. *Estudos sobre o novo Processo Civil*. 2ª ed. Lisboa: Lex, 1997, p. 70.

<sup>3</sup> Ibidem, p. 71.

<sup>4</sup> PISSARRA, Nuno Andrade. Ob. cit., p. 291.

Depois da petição inicial era ainda permitido ao autor alegar factos essenciais, mesmo que velhos (isto é, ocorridos ou conhecidos antes do momento da apresentação da petição inicial), na réplica, pois a lei previa a alteração ou ampliação da causa de pedir nesse articulado, nos termos do antigo artigo 273.º, n.º 1<sup>5</sup>. No entanto, com a alteração legislativa de 2013, tal possibilidade deixou de estar expressamente prevista na lei, sendo que o agora art.º 265.º, n.º 1, apenas prevê a possibilidade de alteração ou ampliação da causa de pedir em caso de tal ser consequência de confissão feita pelo réu e aceita pelo autor.<sup>6</sup> Como tal, parece-nos que deixaram de ser admitidos na réplica os factos velhos.

Assim sendo, no novo código de processo civil temos apenas duas situações em que a alegação de factos essenciais velhos e a sua consideração pelo tribunal de 1.ª instância é admitida: havendo acordo das partes (art.º 264.º) ou havendo a já mencionada confissão do réu aceite pelo autor (art.º 265.º, n.º 1).

Já quanto aos factos essenciais velhos que sejam impeditivos, modificativos ou extintivos, vale o disposto no art.º 573.º, isto é, vale o princípio da concentração da defesa, ou seja, o princípio segundo o qual toda a defesa deve ser deduzida na contestação. Na falta de alegação, preclui o direito do réu de invocar os factos integrantes das exceções. Note-se que, para estes factos a lei não estabelece preceito equivalente ao do art.º 264.º, no qual se prevê a possibilidade de alteração ou ampliação da causa de pedir (quer em 1.ª quer em 2.ª instância) por acordo. No entanto, tem-se considerado que, havendo acordo entre as partes há que admitir o conhecimento pelo juiz de factos velhos impeditivos, modificativos ou extintivos, mesmo que hajam sido introduzidos no processo depois do prazo para a contestação. O princípio da igualdade entre as partes assim o impõe, nos termos do art.º 4.º.

Já relativamente aos factos essenciais que sejam supervenientes, porque ocorreram depois de terminados os prazos para a apresentação dos articulados (superveniência objetiva – art.º 588.º, n.º 2, 1.ª parte) ou porque, embora tenham ocorrido antes, a parte que deles se quer aproveitar apenas teve conhecimento depois (superveniência subjetiva – art.º 588.º, n.º 2, 2.ª parte), podem ser alegados nos termos

---

<sup>5</sup> Previa o art.º 273.º, n.º 1, o seguinte: “Na falta de acordo, a causa de pedir só pode ser alterada ou ampliada na réplica, se o processo a admitir, a não ser que a alteração ou ampliação seja consequência de confissão feita pelo réu e aceita pelo autor.”

<sup>6</sup> Prevê o art.º 265.º, n.º 1, o seguinte: “Na falta de acordo, a causa de pedir só pode ser alterada ou ampliada em consequência de confissão feita pelo réu e aceita pelo autor, devendo a alteração ou ampliação ser feita no prazo de 10 dias a contar da aceitação.”

do art.º 588.º, ou seja, admite-se a sua introdução no processo através de articulado superveniente, até ao encerramento da discussão.

Não tem levantado dúvidas a possibilidade de o réu alegar, em articulado superveniente, factos supervenientes que constituem novas exceções perentórias ao direito invocado pelo autor, ou seja, exceções não invocadas na contestação, até porque é esta a solução que resulta do art.º 573.º, n.º 2.

Já quanto à possibilidade de o autor alterar ou ampliar a causa de pedir, acrescentando ou alterando factos ao que inicialmente foi alegado, mediante articulado superveniente, a lei parece não ser tão clara, o que tem levantado alguma discussão, que se deve manter apesar da alteração legislativa 2013, uma vez que neste campo não foram introduzidas alterações significativas. A discussão que se levanta prende-se, por um lado, com o facto de o art.º 588.º não conter uma norma equivalente à do art.º 590.º, n.º 6<sup>7</sup>, o que, nas palavras do Dr. Nuno Pissarra, “*militaria a favor da admissão da alteração ou ampliação da causa de pedir*”<sup>8</sup> e, por outro lado, com o facto de o art.º 611.º, n.º 1<sup>9</sup>, conter uma ressalva quanto às alterações da causa de pedir, o que levaria à defesa da posição contrária. Neste campo, a jurisprudência tem divergido, mas com maior pendência para a tese segundo a qual a modificação da causa de pedir não é admissível<sup>10</sup>. No entanto, também é possível encontrar decisões em sentido contrário, como é o caso do Ac. do TRL de 21 de janeiro de 2010 (processo n.º 1838/06.OTJLSB.L1-8), no qual é possível ler-se que o “*art. 506º, nº1, do C.P.Civil – exceptuando, nesse ponto, o regime do art. 273º – deve ser interpretado no sentido de, uma vez verificados os demais pressupostos ali contidos, nada obstar à dedução de articulado superveniente integrando matéria constitutiva de nova causa de pedir.*”<sup>11</sup> Também a doutrina se encontra dividida a este respeito, embora aqui pareça haver uma

---

<sup>7</sup> Antigos artigos 506.º e 508.º, n.º 5, respetivamente.

<sup>8</sup> PISSARRA, Nuno Andrade. Ob. cit., p. 297.

<sup>9</sup> Antigo art.º 663.º, n.º 1.

<sup>10</sup> Veja-se, por exemplo, o acórdão do STJ de 28 de janeiro de 2003, processo n.º 02A4146 (disponível em [www.dgsi.pt](http://www.dgsi.pt)). Neste Ac. é possível ler-se o seguinte: “*Segundo a Relação, os articulados supervenientes não podem alterar a causa de pedir. Do mesmo modo, os articulados supervenientes do réu, não podem extravasar da excepção invocada na contestação. Fundamenta-se no princípio ínsito no artº489º do CPC, segundo o qual toda a defesa deve ser deduzida na contestação. Mas, o nº 2 desse artigo admite a dedução superveniente de excepções. Esta disposição é coerente com o artº 663º do CPC quando diz que - "sem prejuízo das restrições estabelecidas noutras disposições legais, nomeadamente quanto às condições em que pode ser alterada a causa de pedir, deve a sentença tomar em consideração os factos constitutivos, modificativos ou extintivos do direito que se produzam posteriormente..."*. É evidente que a restrição imposta pelo respeito das condições de alteração da causa de pedir, só aos factos constitutivos diz respeito e aos articulados supervenientes do autor. No que toca aos modificativos ou extintivos, que aproveitam ao réu, como vimos a lei não lhe impõe a restrição de se conterem dentro da defesa invocada na contestação.”

<sup>11</sup> Ac. disponível em [www.dgsi.pt](http://www.dgsi.pt).

maior propensão para a admissibilidade da alteração da causa de pedir, sendo esta a posição adotada, por exemplo, por Teixeira de Sousa, Lebre de Freitas e Nuno Pissarra. Contra tal possibilidade pronunciava-se, por exemplo, Castro Mendes.<sup>12</sup> Parece-nos mais correta a tese que sustenta a possibilidade de alteração ou ampliação da causa de pedir através dos articulados supervenientes. É nesse sentido que vai o artigo 588.º e parece-nos que a “remissão” que é feita no art.º 611.º, n.º 1, para as normas que estabelecem as condições em que pode ser alterada a causa de pedir na falta de acordo, deve abranger não só o art.º 265.º mas também o art.º 588.º. Segundo a orientação do Dr. Nuno Pissarra, que seguimos, reduzir *“a função dos factos constitutivos invocáveis em articulado superveniente ao preenchimento de causas de pedir incompletas, como fazia o Prof. CASTRO MENDES, parece ser excessivamente redutor. A razão do articulado superveniente reside na superveniência e não pode ser equiparada à do articulado para correcção de deficiências (...). Acresce que, sendo a alternativa da modificação da causa de pedir o início de uma nova instância, a economia processual aconselha à solução ora propugnada, sem que o dever de respeito por uma disciplina processual seja prejudicado (...).”*<sup>13</sup> Concluindo, dificilmente se poderia aceitar que a lei admitisse a alegação, através de articulado superveniente, de factos supervenientes integrantes de novas exceções e não admitisse os factos constitutivos que alterassem ou ampliassem a causa de pedir, até por uma questão de respeito pela igualdade das partes (art.º 4.º). Assim sendo, é nossa opinião que, fora dos casos do art.º 264.º e 265.º, n.º 1, a causa de pedir pode também ser alterada ou ampliada mediante articulado superveniente, no qual se invoquem factos essenciais supervenientes.

Note-se que, existem prazos estritos e faseados para a apresentação destes articulados, decorridos os quais se preculde o direito de o fazer, isto porque, quanto mais cedo o tribunal tiver na sua alçada os factos necessários a uma boa decisão da causa melhor (art.º 588.º, n.º 3).

De salientar ainda que os articulados supervenientes só podem ser apresentados até ao termo da audiência final<sup>14</sup>, segundo o disposto no art.º 588.º, n.º 3, alínea c), pelo que, e salvo melhor opinião, os factos supervenientes suscetíveis de serem atendidos pelo tribunal de 1.ª instância serão, no máximo, os que ocorrerem até esse momento. Aliás, é também nesse sentido que vai o art.º 611.º, n.º 1, que estabelece que a decisão

---

<sup>12</sup> Cfr. PISSARRA, Nuno Andrade. Ob. cit., pp. 297 e 298.

<sup>13</sup> PISSARRA, Nuno Andrade. Ob. cit., p. 298.

<sup>14</sup> Que até à alteração ao CPC, em 2013, era designada por audiência de discussão e julgamento.

deve corresponder à situação existente no momento do encerramento da discussão, ora o encerramento da discussão ocorre com o termo da audiência final, que corresponde à antiga audiência de discussão e julgamento. Assim sendo, após a audiência final torna-se impossível levar ao conhecimento do tribunal de 1.<sup>a</sup> instância quaisquer factos essenciais supervenientes posteriores, por mais influência que tais factos possam ter na composição do litígio, a não ser, claro está, em caso de acordo entre as partes.

Esta solução é também aplicável em caso de recurso, pelo menos segundo a jurisprudência maioritária e grande parte da doutrina, isto é, ao tribunal de recurso não é permitido levar em conta factos essenciais supervenientes posteriores à audiência final em 1.<sup>a</sup> instância, a não ser que, mais uma vez, exista acordo entre as partes. Mas essa é a grande problemática que a presente dissertação pretende abordar e será alvo de uma análise mais detalhada adiante.

### **2.2.2. Factos complementares ou concretizadores**

Até à reforma de 2013, além dos factos *supra* mencionados eram igualmente considerados essenciais os factos complementares e/ou concretizadores desses. Nuno Pissarra definia-os como *“factos que participam da causa de pedir ou da excepção e sem os quais o pedido ou a defesa não pode ser julgado procedente.”*<sup>15</sup> Nas palavras do Prof. Teixeira de Sousa, estes factos *“não integram núcleo essencial da situação jurídica alegada pela parte”*<sup>16</sup>. Segundo o Dr. Nuno Pissarra, também estes teriam de ser alegados pelas partes, pois a *“regra de que o juiz não conhece oficiosamente dos factos essenciais mantém-se”*<sup>17</sup>, isto porque nos termos do antigo art.º 264.º, n.º 3<sup>18</sup>, *“os factos essenciais complementares ou concretizadores, ainda que só se revelem na instrução e discussão da causa, apenas podem ser considerados se a parte interessada no seu efeito constitutivo, impeditivo, modificativo ou extintivo manifestar, perante o tribunal, a vontade de deles se prevalecer.”*<sup>19</sup>

Sucede que a referência a estes factos, que constava do antigo art.º 264, n.º 3, passou agora a constar do art.º 5.º, n.º 2, alínea b), mas com alterações substanciais. No

---

<sup>15</sup> PISSARRA, Nuno Andrade. Ob. cit., p. 292.

<sup>16</sup> SOUSA, Miguel Teixeira de. Ob. cit., p. 71.

<sup>17</sup> PISSARRA, Nuno Andrade. Ob. cit., p. 293.

<sup>18</sup> O antigo artigo 264.º, n.º 3, dispunha o seguinte: “Serão ainda considerados na decisão os factos essenciais à procedência das pretensões formuladas ou das excepções deduzidas que sejam complemento ou concretização de outros que as partes hajam oportunamente alegado e resultem da instrução e discussão da causa, desde que a parte interessada manifeste vontade de deles se aproveitar e à parte contrária tenha sido facultado o exercício do contraditório.”

<sup>19</sup> PISSARRA, Nuno Andrade. Ob. cit., p. 294.



novo CPC de 2013, desapareceu, nomeadamente, a necessidade de a parte interessada manifestar a sua vontade de se aproveitar destes factos, sendo suficiente que as partes tenham tido a possibilidade de sobre eles se pronunciarem. Parece-nos então, salvo melhor opinião, que estes factos deixaram de poder ser considerados como factos essenciais, não estando incluídos na causa de pedir e como tal não necessitando de alegação pelas partes. Estes factos estarão, quanto muito, sujeitos às regras constantes dos artigos 590.º, n.º 4, e 591.º, n.º 1, alínea c) e à necessidade de as partes sobre eles se pronunciarem.

### **2.2.3. Factos instrumentais**

Os factos instrumentais são *“aqueles cuja ocorrência conduz à demonstração, por dedução dos factos essenciais.”*<sup>20</sup> Não são factos dos quais esteja dependente a procedência da ação (por não integrarem a causa de pedir) ou a procedência da exceção, mas são factos de cuja demonstração pode deduzir-se terem-se verificado os factos essenciais. Segundo Teixeira de Sousa, são *“aqueles que indiciam os factos essenciais e que podem ser utilizados para prova indiciária destes últimos”*.<sup>21</sup> No fundo a sua função é probatória, servindo para formar a convicção do julgador sobre a ocorrência ou não dos factos essenciais.

Estes factos não carecem de alegação pelas partes, nos termos do art.º 5.º, n.º 2, alínea a). Se resultarem da instrução da causa, a sua não alegação não impede que sejam considerados pelo juiz *“logo para efeitos de ampliação da base instrutória ou da matéria de facto assente ou, posteriormente, na fundamentação da decisão da matéria de facto.”*<sup>22</sup>

---

<sup>20</sup> Ibidem, p. 292.

<sup>21</sup> SOUSA, Miguel Teixeira de. Ob. cit., p. 70.

<sup>22</sup> PISSARRA, Nuno Andrade. Ob. cit., p. 294.

### **3. A alegação e o conhecimento de factos essenciais supervenientes relativos ao mérito da causa em sede de recurso cível**

Aquando da delimitação do nosso objeto de estudo foi referido que a análise se concentra nos factos que carecem de alegação pelas partes (art.º 5.º, n.º 1).

Como referimos, ficam de fora os factos essenciais que sejam notórios ou de que o tribunal tenha conhecimento por virtude do exercício das suas funções. Relativamente a estes, é consensual que não impende sobre as partes qualquer ónus de alegação, pelo que pode e deve o tribunal de recurso deles conhecer, sejam ou não supervenientes (nos termos do art.º 5.º, n.º 2, alínea c) e desde que seja respeitado o princípio do contraditório (art.º 3.º, n.º 3).

Ficam igualmente de fora da nossa análise os factos instrumentais, sendo que também aqui não se exige a alegação pelas partes (art.º 5.º, n.º 2, alínea a) e como tal, segundo entendimento mais ou menos generalizado, é permitido ao tribunal de recurso deles tomar conhecimento.

O objeto primordial da nossa análise são, como tem vindo a ser repetido, os factos supervenientes, *maxime* em sede de recurso. Como tal, cumpre deixar claro o que consideramos factos supervenientes para efeitos de recurso: aqueles que ocorrem ou são desculpavelmente conhecidos depois dos momentos até aos quais deviam ter sido alegados em primeira instância, ou seja, os que ocorreram ou foram conhecidos depois do termos da audiência de discussão e julgamento em 1.ª instância. Esta definição de factos supervenientes distancia-se da definição que é dada pelo art.º 588.º, n.º 2<sup>23</sup>, porque aqui consideramos os factos supervenientes para efeitos de recurso e aquela disposição legal tem em vista os factos supervenientes para efeitos de articulados supervenientes em 1.ª instância.

Quanto aos factos essenciais ocorridos ou de que o autor tenha conhecimento até à petição inicial ou réplica e os factos essenciais ocorridos ou de que o réu tenha conhecimento até à contestação devem ser alegados nesses articulados, ou na resposta ao despacho saneador ou na audiência preliminar. Os factos ocorridos depois daqueles articulados, ou da audiência preliminar, ou de que as partes tomem conhecimento posteriormente devem ser alegados mediante articulado superveniente ou o mais tardar

---

<sup>23</sup> Nos termos deste artigo consideram-se supervenientes “tanto os factos ocorridos posteriormente ao termo dos prazos marcados nos artigos precedentes como os factos anteriores de que a parte só tenha conhecimento depois de findarem esses prazos, devendo neste caso produzir-se prova da superveniência.”

até ao encerramento da audiência de discussão e julgamento em 1.<sup>a</sup> instância, nos termos do art.º 611.º, n.º 1. Ora todos estes factos são chamados de factos velhos, pois surgiram quando ainda era possível alegá-los em 1.<sup>a</sup> instância, mas há também quem os denomine de factos novos.<sup>24</sup> De qualquer forma o que importa realmente salientar é que quanto a tais factos, se as partes os não alegaram nessas alturas, preclui-se o direito de o fazerem, *maxime* em sede de recurso.

No entanto, há que salientar que mesmo relativamente aos factos velhos o princípio da preclusão encontra limites. Embora estes tenham ocorrido antes do termo do prazo até ao qual deviam ter sido alegados, podem ainda ser introduzidos no processo ao abrigo do disposto nos artigos 264.º e 265.º, n.º 1, ou seja, em caso de acordo entre as partes ou em caso de confissão feita pelo réu e aceite pelo autor. Significa isto que, mesmo os factos velhos podem ainda ser considerados na decisão do tribunal de 2.<sup>a</sup> instância, ainda que não tenham sido alegados na primeira instância nem por ela conhecidos. Salienta-se que encontramos logo aqui a primeira exceção à regra de que os tribunais não podem, quanto ao mérito da causa, conhecer de factos novos, ou seja, factos não conhecidos pela primeira instância.

Já no âmbito dos factos supervenientes cumpre esclarecer que o problema que aqui se discute também não inclui os factos que se prendem com a regularidade da instância recursória, ou seja, os que digam respeito a pressupostos processuais. Isto porque não tem levantado problemas a admissibilidade da sua alegação e o seu conhecimento pelo tribunal de recurso. Para o Professor Teixeira de Sousa é “indiscutível a possibilidade da sua alegação”<sup>25</sup>. Esta regra vale inclusivamente para o STJ que só está autorizado a conhecer de matéria de direito. Assim, se por exemplo falecer o réu enquanto está pendente um recurso de revista, pode o autor promover a habilitação de herdeiros, para contra eles prosseguir a demanda, nos termos dos artigos 351.º e 357.º. Para que tal seja possível, há-de permitir-se às partes alegar e provar (e ao tribunal de recurso conhecer) o falecimento do réu e a identidade e qualidade dos seus herdeiros.

---

<sup>24</sup> A terminologia é para nós indiferente, embora nos pareça preferível adotar a primeira, visto que a segunda pode muitas vezes ser entendida *lato sensu*, abrangendo todos aqueles que não foram conhecidos pela primeira instância, ou seja, quer factos velhos quer factos supervenientes, o que para nós interessa destrinçar corretamente.

<sup>25</sup> SOUSA, Miguel Teixeira. *Estudos sobre o novo Processo Civil*. 2ª ed. Lisboa: Lex, 1997, p. 455.

Posto isto, fica mais clara a questão que aqui verdadeiramente se pretende esmiuçar: poderão as partes alegar factos essenciais supervenientes que se prendam com o mérito da causa, ocorridos ou conhecidos após o encerramento da discussão em 1.<sup>a</sup> instância, e poderá o tribunal de recurso deles conhecer?

### 3.1. O Direito comparado

Relativamente ao objeto do recurso e mais concretamente no que aos poderes do tribunal de 2.<sup>a</sup> instância diz respeito, existem a nível de direito comparado dois sistemas de recurso distintos. Por um lado, o sistema de reexame, que permite ao tribunal superior reapreciar a questão decidida pelo tribunal de 1.<sup>a</sup> instância, e, por outro lado, o sistema de reponderação ou de revisão, em que apenas se permite o controlo da sentença proferida pelo tribunal *a quo*. Por outras palavras, nos recursos de reexame o objeto do processo, ou seja, o fundo da causa, será julgado de novo pelo tribunal de 2.<sup>a</sup> instância, que terá a possibilidade de se pronunciar de novo sobre o objeto do processo. Já nos recursos de reponderação, o tribunal *ad quem* apenas se ocupará com a averiguação da legalidade ou ilegalidade da decisão recorrida.

Dito isto, podemos concluir que nos recursos de reexame o objeto do recurso é a questão de fundo sobre a qual incidiu a decisão de que se recorre, enquanto que, nos recursos de reponderação o objeto do recurso é a própria decisão recorrida.

Para o que releva no presente estudo, importa ainda referir que nos sistemas de recurso de reexame temos modelos de apelação plena, admitindo-se em maior ou menor grau o chamado *ius novorum*, isto é, a possibilidade de deduzir novos meios de ataque ou novos meios de defesa. Já nos sistemas de recurso de reponderação o modelo é o da apelação restrita, sendo que o tribunal *ad quem* deve restringir-se apenas às pretensões, factos e meios de prova já utilizados na 1.<sup>a</sup> instância.

Ora, quanto às origens históricas destes dois sistemas, pode dizer-se que enquanto o primeiro teve origem no Código Civil Francês de 1804 (também conhecido com Código Napoleónico), o segundo tem as suas raízes no Código Austríaco de 1895. No entanto, nos tempos que correm, é difícil encontrar um ordenamento jurídico que se identifique inteiramente, ou seja, sem desvios, com um dos dois sistemas *supra* referidos. Certo é que “*as preclusões com que se confrontam os tribunais de recurso variam de país para país. E essas preclusões respeitam a novos pedidos, a novas*

*exceções, a novos factos, a novos meios de prova, a novos argumentos e a novas leis.*”<sup>26</sup>

No seu Manual de Recursos em Processo Civil, Ribeiro Mendes faz referência a um autor de nome Weiss, que procurou explicar sociologicamente as razões de preferência por um dos sistemas ou pelo outro, tendo chegado a conclusões que consideramos no mínimo interessantes e que merecem ser aqui reproduzidas. Segundo Weiss “*a apelação completa deixa de ser útil e deve optar-se pela limitada naqueles territórios de economia pouco desenvolvida onde predominam os devedores e abundam os advogados, todos eles com interesse em dilatar o momento da sentença, do título executivo e da execução. Porém, quando assim não sucede, merece ser implantada a apelação plena.*”<sup>27</sup>

Note-se que, relativamente aos novos pedidos, regra geral, estes não são admitidos perante o tribunal *ad quem*, uma vez que tal implicaria a perda do primeiro grau de jurisdição, de que se não pode prescindir, nem sequer por acordo das partes.

Por exemplo, em Itália, até há pouco tempo poderíamos sustentar que a decisão de segundo grau consistia num novo exame da causa. Apesar de sempre ter sido proibida a dedução de novos pedidos perante o tribunal de 2.<sup>a</sup> instância, admitia-se a invocação de novas exceções, a apresentação de novos documentos e outros meios de prova. No entanto, este regime alterou-se através da nova redação dada ao art.º 345.º do *Codice di Procedura Civile*, pela Lei n.º 353/1990, tendo-se proibido a alegação de novas exceções (a menos que sejam de conhecimento oficioso) e a admissão de novos meios de prova, salvo se o tribunal de recurso os considerar indispensáveis ao julgamento da causa ou a parte demonstrar que os não pôde oferecer no tribunal de primeira instância, por motivo que não lhe seja imputável.<sup>28</sup> A decisão do tribunal de apelação deixou de configurar-se como um novo julgamento da causa, passando a ser uma mera reponderação das questões já consideradas na 1.<sup>a</sup> instância, sem

---

<sup>26</sup> FERREIRA, Fernando Amâncio. *Manual dos recursos em Processo Civil*. 9ª ed. Coimbra: Almedina, 2009, p. 154.

<sup>27</sup> Cfr. MENDES, Armindo Ribeiro. *Recursos em Processo Civil*. Lisboa: Lex, 1992, p. 139.

<sup>28</sup> Dispõe o art.º 345.º, do Codice di procedura civile, o seguinte: “*Nel giudizio d’appello non possono proporsi domande nuove e, se proposte, debbono essere dichiarate inammissibili d’ufficio. Possono tuttavia domandarsi gli interessi, i frutti e gli accessori maturati dopo la sentenza impugnata, nonché il risarcimento dei danni sofferti dopo la sentenza stessa. Non possono proporsi nuove eccezioni, che non siano rilevabili anche d’ufficio. Non sono ammessi nuovi mezzi di prova e non possono essere prodotti nuovi documenti, salvo che la parte dimostri di non aver potuto proporli o produrli nel giudizio di primo grado per causa ad essa non imputabile. Può sempre deferirsi il giuramento decisorio.*”

admissibilidade de novas exceções e de novas provas, tudo isto tendo em vista uma maior celeridade processual.

Em Espanha, face ao que dispõe o art.º 460 da LEC de 2000, defende-se que o julgamento do tribunal de recurso não envolve um novo julgamento da causa, com possibilidade para as partes de carream todos os elementos que entenderem, uma vez que na 1.ª instância se precludem pedidos, factos e provas. No entanto, em recurso permitem-se atividades que vão para além de uma simples reponderação da decisão já tomada em 1.ª instância. É feita uma concessão, embora limitada, ao *novum*, permitindo-se a título excecional a alegação de factos novos ocorridos posteriormente e a produção de provas que, por qualquer razão válida, não tenha sido possível apresentar na 1.ª instância<sup>29</sup>. Desta forma, permite o sistema processual civil espanhol a alegação e o conhecimento de factos supervenientes em sede de recurso. Também no México, por influência espanhola, o recurso tem o objetivo de reponderação, no entanto, é igualmente concedida às partes, em caso de apelação da sentença de 1.ª instância, a hipótese de oferecer novas provas caso tenham ocorrido factos supervenientes.<sup>30</sup>

Em França, o recurso de apelação não se limita a rever a decisão proferida em 1.ª instância, estando efetivamente mais próximo do sistema de reexame. É que, embora só em alguns casos seja permitida a apresentação de novas pretensões (isto é, novos pedidos) ao tribunal de recurso, nos termos do art.º 564.º do *Code de Procédure Civile*<sup>31</sup>, a verdade é que o art.º 561.º<sup>32</sup> determina que a apelação julga de novo a causa, tanto quanto à matéria de facto como quanto à matéria de direito. Daí poderem as partes invocar novos factos e apresentar novos meios de prova, alterando mesmo o fundamento jurídico inicial da causa, desde que as pretensões se mantenham, nos termos dos artigos 563.º e 565.º do mencionado código<sup>33</sup>.

---

<sup>29</sup> Dispõe o art.º 460.º, n.º 2, 3ª alínea, da LEC, o seguinte: “*En el escrito de interposición se podrá pedir, además, la práctica en segunda instancia de las pruebas siguientes: (...) 3.ª Las que se refieran a hechos de relevancia para la decisión del pleito ocurridos después del comienzo del plazo para dictar sentencia en la primera instancia o antes de dicho término siempre que, en este último caso, la parte justifique que ha tenido conocimiento de ellos con posterioridad.*”

<sup>30</sup> Cfr. FERREIRA, Fernando Amâncio. Ob. cit., p. 155.

<sup>31</sup> Dispõe o art.º 564.º do *Code de Procédure Civile* o seguinte: “*A peine d'irrecevabilité relevée d'office, les parties ne peuvent soumettre à la cour de nouvelles prétentions si ce n'est pour opposer compensation, faire écarter les prétentions adverses ou faire juger les questions nées de l'intervention d'un tiers, ou de la survenance ou de la révélation d'un fait.*”

<sup>32</sup> O art.º 561.º do *Code de Procédure Civile* refere o seguinte: “*L'appel remet la chose jugée en question devant la juridiction d'appel pour qu'il soit à nouveau statué en fait et en droit.*”

<sup>33</sup> O art.º 563 dispõe o seguinte: “*Pour justifier en appel les prétentions qu'elles avaient soumises au premier juge, les parties peuvent invoquer des moyens nouveaux, produire de nouvelles pièces ou proposer de nouvelles preuves.*” Já o art.º 565.º prevê o seguinte: “*Les prétentions ne sont pas nouvelles*”

### 3.2. A Doutrina

Há na doutrina portuguesa grande divergência quanto a esta matéria. Com recurso a argumentos variados, parte da doutrina defende que é admissível o conhecimento de factos essenciais supervenientes em 2ª instância. Outra parte defende a solução oposta, ou seja, que tal é inadmissível no processo civil português.

Ora, a tese segundo a qual é possível a alegação e conhecimento de factos supervenientes em sede de recurso é já há muito preconizada por autores como o Prof. Alberto dos Reis. Este autor, nas suas anotações ao CPC, afirmava que a “*outra limitação que resulta do art. 663.º é esta: o facto superveniente há-de ser alegado até ao encerramento da discussão; o tribunal só pode tomá-lo em conta se for invocado até esse momento. Mas por encerramento da discussão entende-se tanto o que se verifica na 1.ª instância, como o que se verifica na 2.ª. Suponhamos que o facto ocorre depois de encerrada a discussão na 1.ª instância; já não pode ser atendido na sentença. Mas, se houver recurso, pode o facto ser alegado perante a Relação, contanto que o seja até ao encerramento da discussão neste tribunal. Se ocorrer ou for invocado depois de encerrada a discussão na 2.ª instância, já não pode ser considerado, ainda que se interponha recurso para o Supremo, visto este tribunal não conhecer de matéria de facto.*”<sup>34</sup> No entanto, relativamente aos factos constitutivos o Professor restringia a eficácia do atual art.º 611.<sup>35</sup> aos factos que se contivessem na causa de pedir em que assentava a ação, ou seja, só seriam admissíveis aqueles que não provocassem uma alteração da causa de pedir fixada na 1.ª instância.

Na senda da posição preconizada por Alberto dos Reis vai, mais recentemente, o Prof. Teixeira de Sousa. Começa por afirmar que não se encontra na lei processual civil qualquer previsão sobre o problema da consideração de factos que ocorram ou sejam conhecidos posteriormente ao encerramento da discussão em 1.ª instância, embora seja possível encontrar algumas normas de relevo sobre esta matéria. De entre essas normas, o Prof. dava destaque ao art.º 524.º, n.º 2<sup>36</sup>, que segundo ele deveria ser interpretado sem restrições. Sucede que com a alteração legislativa de 2013, essa disposição

---

*dès lors qu'elles tendent aux mêmes fins que celles soumises au premier juge même si leur fondement juridique est différent.”*

<sup>34</sup> REIS, José Alberto dos. *Código de Processo Civil Anotado: Volume V*. 3ª ed., reimpressão. Coimbra: Coimbra Editora, 2012, p.85.

<sup>35</sup> Antigo art.º 663.º.

<sup>36</sup> Dispunha esse n.º 2 que “*Os documentos destinados a provar factos posteriores aos articulados, ou cuja apresentação se tenha tornado necessária por virtude de ocorrência posterior, podem ser oferecidos em qualquer estado do processo.*”

despareceu do atual artigo 425.º do CPC, que apenas parcialmente corresponde ao antigo art.º 524.º, uma vez que já não tem um n.º 2. De qualquer forma, parece-nos que não perderam o sentido as palavras de Teixeira de Sousa. Afirma este autor que numa situação em que *“o tribunal profere uma decisão que não corresponde à matéria de facto apurada na acção; a parte vencida interpõe recurso da decisão; perante esta situação, questiona-se se a parte recorrida pode invocar o facto superveniente de molde a evitar a revogação da decisão impugnada. A resposta deve ser afirmativa. É certo que os recursos visam obter a revogação das decisões incorrectas, pelo que, se o facto superveniente não puder ser invocado, o tribunal ad quem terá de revogar a decisão recorrida. Mas essa função não pode obstar à invocação de um facto superveniente que imponha a confirmação da decisão recorrida, porque, de outro modo, a sua revogação pelo tribunal ad quem seria inútil, dada a falta de correspondência dessa decisão com a realidade das coisas.”*<sup>37</sup> A solução deve ser semelhante nas situações em que a alegação de factos supervenientes altera uma decisão que era correta em face dos elementos apurados até ao encerramento da discussão, pois segundo o Prof. se *“assim não se entendesse - o que se poderia fundamentar na circunstância de os recursos não visarem alterar ou modificar decisões correctas -, haveria que admitir que, quanto às obrigações duradouras susceptíveis de ser alteradas em função de circunstâncias supervenientes, estaria imediatamente aberta a possibilidade de renovação da 1ª instância (...). Com a admissão da alegação desse facto superveniente, visa-se evitar a extinção de uma instância que poderia ser imediatamente reaberta com base nesse facto.”*<sup>38</sup> Nestes termos, concluiu o Prof. que *“nos recursos ordinários, pode ser alegado um facto superveniente e apresentada a respectiva prova documental, tanto quando aquele facto e esta prova conduzam à confirmação da decisão impugnada, como quando impliquem a sua revogação.”*<sup>39</sup>

Quem parece também aderir à tese defendida pelo Prof. Teixeira de Sousa é o Dr. Armindo Ribeiro Mendes, pelo menos no seu manual de Recursos em Processo Civil de 2009. Dizia o autor que *“Teixeira de Sousa distingue, com pertinência, os factos novos dos factos supervenientes, no âmbito do objecto do recurso. (...) Os factos supervenientes podem integrar-se na matéria considerada na instância recorrida (por exemplo, pagamento de parte da dívida objecto da condenação pelo recorrente, na*

---

<sup>37</sup> SOUSA, Miguel Teixeira de. *Estudos sobre o novo Processo Civil*. 2ª ed. Lisboa: Lex, 1997, p. 456.

<sup>38</sup> Ibidem, p. 457.

<sup>39</sup> Ibidem.



*instância de recurso) ou na matéria específica dos recursos, nomeadamente quanto aos pressupostos processuais (...). Quanto aos primeiros, a sua relevância depende da admissibilidade dos meios de prova a eles atinentes, nomeadamente da prova documental (cfr. arts. 524.º, n.º 2, e 693.º-B). ”<sup>40</sup> Posto isto, parece-nos efetivamente que Ribeiro Mendes adere à tese de Teixeira de Sousa, segundo a qual “o tribunal de recurso pode conhecer de factos supervenientes, desde que provados por documento.”<sup>41</sup>*

Em defesa da admissibilidade de conhecimento de factos supervenientes, em sede de recurso, vem igualmente Amâncio Ferreira, no seu Manual sobre os Recursos em Processo Civil. Começa por alegar que no direito português não vale o modelo do recurso de reponderação puro, uma vez que o regime legal consagra várias exceções. A primeira exceção enunciada pelo autor é desde logo a possibilidade de as partes acordarem, em 2.ª instância, na alteração ou ampliação do pedido, nos termos do atual artigo 264.º, mas vai mais longe. Afirma Amâncio Ferreira que outra razão pela qual não se pode considerar que entre nós valha o modelo de reponderação puro é o facto de “o Tribunal da Relação (e não também o STJ, dado não conhecer de matéria de facto) dever levar em conta os factos constitutivos, modificativos ou extintivos do direito que ocorrerem até ao encerramento da discussão perante ele, desde que posteriores ao encerramento da discussão na 1.ª instância”<sup>42</sup>, apoiando-se para o efeito no disposto nos artigos 611.º, n.º 1, e 663.º, n.º 2, do CPC <sup>43</sup>. No seguimento disto e como outro dos desvios, o autor indica ainda o facto de “nos tribunais de 2.ª instância poderem ser atendidos os documentos cuja apresentação não tenha sido possível até ao encerramento da discussão em 1.ª instância ou cuja apresentação se tenha tornado necessária por virtude de ocorrência posterior (art. 524.º), não só para a prova de factos alegados no tribunal de 1.ª instância até ao encerramento da discussão (art. 663.º, n.º 1), mas também para a prova dos factos novos ocorridos após esse encerramento e de que a Relação possa conhecer, nos termos atrás referidos (arts. 693.º-B e 713.º, n.º 2). ”<sup>44</sup>

Também Cardona Ferreira afirma, no seu Guia de Recursos em Processo Civil, que embora o sistema de recursos português seja essencialmente um sistema de

---

<sup>40</sup> MENDES, Armindo Ribeiro. *Recursos em Processo Civil: Reforma de 2007*. Coimbra: Coimbra Editora, 2009, pp. 83 e 84.

<sup>41</sup> Ibidem, p. 84.

<sup>42</sup> FERREIRA, Fernando Amâncio. *Manual dos recursos em Processo Civil*. 9ª ed. Coimbra: Almedina, 2009, p. 156.

<sup>43</sup> Antigos artigos 663.º e 713.º, respetivamente.

<sup>44</sup> FERREIRA, Fernando Amâncio. Ob. cit., p. 157.

reponderação e como tal não possa o tribunal de recurso conhecer de questões novas, a verdade é que para este autor tal não impede a possibilidade de consideração de factos supervenientes. Sustenta este autor que *“respeitando o condicionalismo do art.º 663.º, de forma a não viabilizar abusos, a superveniência evidenciada de factos efetivamente relevantes não poderá ser excluída da fase recursória, sob pena de se violar o princípio da utilidade processual”*<sup>45</sup>.

Orientação semelhante parece seguir o Prof. Doutor Luís Miguel Mesquita, na sua dissertação de Doutoramento, quando faz uma breve alusão ao problema do exercício, em sede de recurso, do direito de reconvir ou de excepcionar, afirmando que a *“reconvenção está vedada ao recorrente, na medida em que este não pode formular pedidos novos perante o tribunal de recurso. Mas o contrário vale para as excepções: desde que brotem de factos novos supervenientes (ocorridos após o encerramento, no tribunal de 1.ª instância, da audiência de discussão e julgamento), ao recorrente, como pacificamente se tem entendido, assiste a liberdade de os alegar perante o tribunal de recurso, com o objectivo de obter a absolvição do pedido (cfr. arts. 713.º, n.º 2, e 663.º).”*<sup>46</sup>

De referir ainda a argumentação utilizada por Elizabeth Fernandez, que em texto dedicado ao princípio do dispositivo e ao objeto da decisão de recurso, acaba, embora superficialmente, por abordar o tema sobre o qual nos debruçamos, acabando por defender, segundo nos parece, a tese da admissibilidade. A autora começa por considerar que *“no processo cognitivo contencioso de primeira instância continua a vigorar, (...) o princípio do dispositivo quanto à formulação das pretensões e quanto à alegação dos factos. Não pode deixar de concluir-se que, apesar da amplitude de conhecimento oficioso de alguns factos não alegados pelas partes (...) o processo cognitivo declarativo de primeiro grau continua a ser comandado pela vontade das partes. Convém ter igualmente presente que um sistema onde funciona o princípio do dispositivo, designadamente quanto à alegação dos factos que fundamentam a pretensão formulada, é um sistema que disciplina essa mesma alegação, ou seja, a alegação desses factos não é livre em qualquer momento do processo. (...) Facto que não seja de carácter oficioso ou que o tribunal não possa livremente conhecer, que não tenha sido objeto de alegação pela parte a quem o mesmo aproveita dentro da fase*

---

<sup>45</sup> FERREIRA, J. O. Cardona. *Guia de Recursos em Processo Civil*. 4ª ed., Coimbra: Coimbra Editora, 2007, p. 160.

<sup>46</sup> MESQUITA, Luís Miguel de Andrade. *Reconvenção e Excepção no Processo Civil*. Coimbra: Almedina, 2009, p. 25.

prevista ou no prazo determinado para o efeito, é facto que se perde para o processo, isto é, é facto cuja utilização fica precluída nesse processo ou em qualquer outro processo. (...) A verdade é que, a par do objectivo de disciplina do litígio entre as partes, o princípio da preclusão foi introduzido para tornar mais célere o processo, impedindo que as partes reservando factos, os alegassem sucessivamente no processo à medida que verificassem ou pressentissem que os anteriormente por si alegados não surtiriam, afinal o efeito desejado.”<sup>47</sup> No entanto, reconhece que “por um lado, o princípio da preclusão proíbe a entrada no processo de factos que poderiam ser relevantes para a acção ou para a defesa, contribuindo para a criação de uma verdade formal não compatível ou correspondente com a verdade material e, por outro lado, pode, a nosso ver, concluir-se estar ainda por provar que a densificação inicial do objecto do processo e da defesa (através da alegação de factos apenas para a eventualidade de outros não surtirem o efeito pretendido) seja um factor de celeridade processual”<sup>48</sup>. Afirmar ainda, relativamente à preclusão, que “se o sistema cognitivo de primeira instância é concebido, ainda que de forma bem mais atenuada, com base neste princípio, não pode deixar de concluir-se que o modelo cognitivo de segunda instância tem de harmonizar-se com aquelas regras de alegação e com as consequências preclusivas da omissão, sob pena de criar um sistema descoordenado e pouco eficaz. Assim, na instância de recurso, o princípio do dispositivo quanto à alegação dos factos e mesmo quanto à indicação da prova passa a ter como limite o efeito preclusivo já operado na instância recorrida, designadamente pelo encerramento da discussão ali verificado. Tal significa que a preclusão produz os seus efeitos independentemente do trânsito em julgado da decisão condicionando o poder dispositivo das partes cujo exercício, por este motivo, fica limitado em sede de recurso. Daí que seja usual dizer-se que no âmbito do recurso está proibida a alegação de novum, porque o recurso não serve para rejulgar o litígio (não se trata de reexaminar), as apenas para apreciar se a decisão recorrida está ou não correcta em face dos elementos de que o tribunal a quo dispunha para o julgamento da causa (trata-se de reponderar).”<sup>49</sup> No entanto, realça a autora que esta proibição não advém da existência de uma norma expressa, mas antes da ausência de uma norma que reconheça essa permissão do novum em recurso. Mas o que começa por parecer uma defesa da tese da inadmissibilidade total do novum acaba por

---

<sup>47</sup> FERNANDEZ, Elizabeth. Princípio do dispositivo e objecto da decisão de recurso. In *As recentes reformas na acção executiva e nos recursos*. Coimbra: Coimbra Editora, 2010, pp. 330 a 332.

<sup>48</sup> Ibidem, p. 332.

<sup>49</sup> Ibidem.

se demonstrar não ser bem assim, visto que, poucas páginas mais à frente, e ainda relativamente ao objeto do recurso, a autora reconhece que *“mesmo nas legislações processuais que, como a nossa, consagram modelos de recurso mais restritivos ou seja, meramente reponderativos, a prossecução da garantia da justiça da decisão implica a admissão, ainda que dentro de certos e apertados condicionalismos, de factos ou de meios de prova que não haviam sido alegados ou requeridos pelas partes no tribunal a quo e com os quais aquele não pôde contar para levar a cabo a resolução do litígio. Nestes casos, porque a decisão pode ser legal perante a factualidade de provas produzidas na instância recorrida, mas não ser justa por não ter considerado determinados factos ou determinados meios de prova, o efeito devolutivo pode excepcionalmente ver o seu âmbito alargado para lá das balizas originariamente traçadas pelo objecto do processo.”*<sup>50</sup> Embora a autora não aprofunde muito a questão, não sendo possível, nomeadamente, perceber quais os casos excepcionais que considera admissíveis, parece-nos que abre aqui a porta aos factos supervenientes.

Mas um dos autores que mais aprofundadamente se tem debruçado sobre esta matéria nos últimos tempos tem sido o Dr. Nuno Pissarra, defendendo claramente a possibilidade de alegação e conhecimento de factos supervenientes em sede de recurso. Este autor considera que, para além dos casos em que haja acordo entre as partes, devem ser admitidos, pelo Tribunal que aprecia o recurso de apelação, também factos supervenientes quando não exista acordo, desde que seja assegurado o princípio do contraditório, a parte que alega os factos esteja a agir de boa fé e, acima de tudo, que da alegação e conhecimento de tais factos não resulte perturbação inconveniente para o julgamento da causa. Transcrevendo as suas palavras *“Na falta de acordo e porque a plena estabilidade objectiva da instância tem limites, é de refutar a tese da proibição absoluta da alegação e conhecimento dos factos supervenientes pelo tribunal da Relação. Mas porque a economia processual também não tem de conseguir-se a todo o custo, não se deve admitir a alegação e o conhecimento de factos supervenientes irrestritamente. A lei processual civil vigente permite-os quando e desde que, em concreto, seja assegurado o contraditório, a parte que alega os factos tenha procedido de boa fé e da alegação e conhecimento não resulte perturbação inconveniente para o julgamento do pleito. Cumpridas essas condições, nenhum obstáculo se põe ao*

---

<sup>50</sup> FERNANDEZ, Elizabeth. Ob. cit., p. 337.

*conhecimento dos factos constitutivos supervenientes alegados pelo autor e, bem assim, dos factos impeditivos, modificativos e extintivos supervenientes alegados pelo réu.*”<sup>51</sup>

Já em defesa da tese contrária, ou seja, contra a possibilidade de alegação e conhecimento de factos supervenientes, em sede de recurso, pronunciou-se, por exemplo, o Prof. Castro Mendes. Segundo o Professor, o tribunal de recurso vai em regra apenas reponderar a decisão tal como foi proferida em primeira instância, embora reconheça que esta regra sofre algumas atenuações. Uma dessas atenuações é a admissibilidade de as partes poderem apresentar, ao tribunal de 2.<sup>a</sup> instância e também em sede de recurso de revisão, documentos supervenientes, nos termos dos artigos 712.º, n.º 1, al. c), 749.º e 771.º, al. c), do Código de Processo Civil de 1961. No entanto, acaba por considerar que essa permissão prevista na lei para a apresentação de documentos novos não implica a admissibilidade de os mesmos trazerem ao processo factos novos. Segundo Castro Mendes, a *“lei permite o uso de documentos novos, mas não a alegação de factos novos; e são coisas evidentemente distintas. A invocação de factos novos parece só ser possível até ao encerramento da discussão em primeira instância (arts. 506.º, n.º 1 e 663.º, n.º 1).*”<sup>52</sup>

Para Lebre de Freitas, Montalvão Machado e Rui Pinto, segundo a posição assumida por estes no Código de Processo Civil Anotado, em anotação ao então art.º 663.º, os factos posteriores ou conhecidos posteriormente ao encerramento dos debates sobre a matéria de facto *“só podem, se forem modificativos ou extintivos (ou impeditivos, só supervenientemente conhecidos), ser feitos valer, como excepção, no processo executivo (art. 813.º - g), estando designadamente vedada a sua invocação em recurso (...), e, se forem constitutivos, fundar nova acção perante a qual não seja invocável a excepção do caso julgado*”<sup>53</sup>. Segundo estes, a regra seria a de que concluída a discussão em 1.<sup>a</sup> instância, os factos essenciais supervenientes só poderiam ser alegados em processo de execução ou, no caso dos factos constitutivos, em nova acção. Também, relativamente ao antigo art.º 524.º, n.º 2, escreviam que *“os factos posteriores ao encerramento da discussão da matéria de facto não podem ser factos principais, pois estes só podem ser introduzidos na causa mediante alegação em*

---

<sup>51</sup> PISSARRA, Nuno Andrade. *O conhecimento de factos supervenientes relativos ao mérito da causa pelo Tribunal de recurso em processo civil*. in Revista da Ordem dos Advogados – ROA, 2012 (Ano 72), n.º1, p. 334.

<sup>52</sup> MENDES, João de Castro. *Direito Processual Civil: Volume III*. Lisboa: AAFDL, 2012, p. 24.

<sup>53</sup> FREITAS, José Lebre de, MACHADO, António Montalvão, PINTO, Rui. *Código de Processo Civil Anotado: Volume 2º*. Coimbra: Coimbra Editora, 2001, p. 655.

*articulado superveniente e este tem como limite temporal o encerramento da discussão em 1.ª instância (...) mas podem ocorrer factos instrumentais relevantes para a prova dos factos principais ou factos que interessem à verificação dos pressupostos processuais.*”<sup>54</sup>

Também o Dr. Luís Brites Lameiras não aceita que o regime da junção de documentos em recurso, constante atualmente do art.º 651.º <sup>55</sup>, conceda às partes a faculdade de juntar documentos para prova de factos supervenientes. Dizia este autor, a respeito do então art.º 693.º-B, que *“a remissão que é feita é apenas para os casos do n.º 1 do art. 524.º; desde logo por os casos do n.º 2 se situarem fora do domínio recursório, mas ainda no quadro do processo em primeira instância, sendo ainda de considerar a própria letra daquele n.º 1, que assumidamente se refere – só ele – ao caso de recurso.*”<sup>56</sup> Segundo afirmava, em recurso só é admitida a junção de documentos cuja apresentação tenha sido impossível até ao encerramento da discussão em 1.ª instância, com o fim de instruir a apelação interposta contra a decisão sobre a matéria de facto e nos termos do art.º 712.º, n.º 1, al. c)<sup>57</sup>. Seria assim inadmissível a junção de documentos, em sede de recurso, ao abrigo do art.º 524.º, n.º 2, para prova de factos posteriores aos articulados, encontrando-se restringida a sua aplicação à 1.ª instância. Ora foi já referido *supra* que o n.º 2 do artigo 524.º deixou de existir e acrescenta-se agora que também a alínea c) do n.º 1 do art.º 712.º não encontra correspondência no atual CPC, pelo que me parece que esta tese tão presa à letra da lei acaba por se esvaziar um pouco de sentido.

Do mesmo modo, o Dr. João Espírito Santo, ao abordar a questão da apresentação de prova documental em sede de recurso, *maxime* ao analisar o antigo art.º 524.º, n.º 2, e a possibilidade de junção de documentos destinados a provar factos posteriores aos articulados, emite também a sua opinião quanto ao problema que é alvo da nossa abordagem. Segundo este autor a *“admissibilidade da junção em recurso de documentos destinados a provar factos posteriores aos articulados prende-se, naturalmente, com a problemática do objecto do recurso, que pode, em tese geral, consistir na questão sobre que incidiu a decisão recorrida, ou seja, no novo julgamento*

---

<sup>54</sup> FREITAS, José Lebre de, MACHADO, António Montalvão, PINTO, Rui. Ob cit., p. 426.

<sup>55</sup> Antigo art.º 693.º-B.

<sup>56</sup> LAMEIRAS, Luís Filipe Brites. *Notas Práticas ao Regime dos Recursos em Processo Civil*. 2ª ed. aumentada e reformulada. Coimbra: Almedina, 2009, pp. 122 e 123.

<sup>57</sup> Nos termos desta alínea, a decisão do tribunal de 1.ª instância sobre a matéria de facto podia ser alterada pela Relação se *“o recorrente apresentar documento novo superveniente e que, por si só, seja suficiente para destruir a prova em que a decisão assentou.”*

dessa questão – ou na própria decisão recorrida, visando o recurso decidir se, *ex lege*, a decisão recorrida foi a que devia ter sido proferida. Sendo o caso o primeiro, nada obstará a que, em recurso, se admitisse a alegação e prova documental de factos novos, relevantes para decidir, de novo, a questão. Mas, ao contrário, se se considerar que o objecto do recurso é a própria decisão recorrida, não deve admitir-se a possibilidade de, no mesmo, se alegarem factos novos e muito menos a junção de documentos destinados a fazer prova desses factos. No Direito Processual Civil português, conforme se dispõe no art. 676, n.º 1, do CPC, o objecto do recurso é a decisão, orientando-se de há muito a jurisprudência no sentido de o recurso não visar a criação de soluções sobre matéria nova mas antes modificar as decisões recorridas, sendo, portanto, vedado aos tribunais superiores a apreciação de matéria não suscitada no tribunal recorrido. Inclino-nos, pois, a pensar que é vedada a junção de documento em recurso, quando o mesmo se apresente como meio de prova de factos não alegados na primeira instância, em articulado normal ou superveniente.”<sup>58</sup> Conclui o autor que o antigo art.º 524.º, n.º 2, primeira parte, deveria ser objeto de uma interpretação restritiva, “legitimando apenas a junção de documentos destinados a provar factos posteriores aos articulados, na primeira instância e em articulado superveniente.”<sup>59</sup> Mais uma vez se alude ao desaparecimento deste n.º 2 do atual artigo 425.º.

Por fim, é de referir a posição perfilhada por Abrantes Geraldês, que se antes da reforma de 2013 poderia suscitar algumas dúvidas, uma vez que a respeito do então artigo 693.º-B afirmava que em “*sede de recurso, é legítimo às partes juntar documentos com as alegações quando a sua apresentação não tenha sido possível até esse momento (superveniência objectiva ou subjectiva), quando se destinem a provar factos posteriores ou quando a sua apresentação apenas se tenha tornado necessária por virtude de ocorrência posterior ao julgamento em 1.ª instância (art. 524.º)*”<sup>60</sup>, já com o novo código de processo civil e com o desaparecimento do n.º 2 do art.º 524 (que corresponde ao agora art.º 425) para o qual remetia o art.º 693.º-B (atualmente correspondente ao art.º 651.º), parecem não restar dúvidas quanto à posição por si defendida. Em lugar do que escrevia anteriormente, escreve agora a propósito do art.º 651.º que em “*sede de recurso, é legítimo às partes juntar documentos com as*

<sup>58</sup> SANTO, João Espírito. *Documento e Recurso Cível*. 2ª ed. Coimbra: Almedina, 2011, p. 64.

<sup>59</sup> Ibidem.

<sup>60</sup> GERALDES, António Santos Abrantes. *Recursos em Processo Civil: Novo regime*. 3ª ed., revista e atualizada. Coimbra: Almedina, 2010, p. 254.

*alegações quando a sua apresentação não tenha sido possível até esse momento (superveniência objectiva ou subjectiva). Podem ainda ser apresentados documentos quando a sua junção apenas se tenha revelado necessária por virtude do julgamento proferido (...)”*<sup>61</sup>, ou seja, desaparece do seu discurso a referência a “quando se destinem a provar factos posteriores ou quando a sua apresentação apenas se tenha tornado necessária por virtude de ocorrência posterior ao julgamento em 1.<sup>a</sup> instância”, *supra* referida. Na verdade, desde há muito defende Abrantes Geraldês que sendo o recurso um meio de impugnação de anterior decisão judicial, tal implica uma limitação ao seu objeto decorrente do facto de, em termos gerais, apenas poder incidir sobre questões que tenham sido anteriormente apreciadas, não podendo confrontar-se o tribunal *ad quem* com questões novas. Nas suas palavras “os recursos constituem mecanismos destinados a reapreciar decisões proferidas, e não a analisar questões novas, salvo quando, nos termos já referidos, estas sejam de conhecimento oficioso e, além disso, o processo contenha os elementos imprescindíveis. (...) A diversidade de graus de jurisdição determina que, em regra, os tribunais superiores apenas devem ser confrontados com questões que as partes discutiram nos momentos próprios. Quando respeitem à matéria de facto mais se impõe o escrupuloso respeito de tal regra, a fim de obviar a que, numa etapa desajustada, se coloquem questões que nem sequer puderam ser convenientemente discutidas ou apreciadas.”<sup>62</sup>

### **3.3. A Jurisprudência**

A jurisprudência portuguesa parece encontrar-se ainda mais fechada à possibilidade de alegação e conhecimento de facto supervenientes em recurso do que propriamente a doutrina. Sendo certo que também aqui é possível encontrar decisões em ambos os sentidos, a verdade é que o entendimento maioritário é o de que a alegação e conhecimento de factos supervenientes em sede de recurso cível é inadmissível.

Ora, relativamente ao STJ, vasta é a lista de Acórdãos que seguem a posição maioritária. A título de exemplo, podemos citar o Ac. de 20 de março de 2002 (processo n.º 01S3444), no qual é possível ler-se o seguinte: “Não são atendíveis os factos supervenientes à propositura da acção que sejam extintivos do direito do autor

---

<sup>61</sup> GERALDES, António Santos Abrantes. *Recursos no Novo Código de Processo Civil*. Coimbra: Almedina, 2013, p. 184.

<sup>62</sup> *Ibidem*, p. 87.



*ocorridos posteriormente ao momento do encerramento da discussão.”* Defende este tribunal que se a recorrente pretender fazer valer tais factos, será *“eventualmente a execução de sentença o meio oportuno para discutir essa matéria”*.<sup>63</sup>

Também no Ac. de 27 de junho de 2012 (relativo ao processo n.º 248/07.7TTVIS.C1.S1) o STJ defende que no *“âmbito recursório está vedada a alegação de factos supervenientes, mesmo que modificativos, extintivos ou impeditivos do direito, porquanto os mesmos só podem ser introduzidos no processo em articulado superveniente, que, como decorre do n.º 3 do art. 506.º do CPC, tem prazos e regras próprias, tendo sempre como limite, em qualquer das circunstâncias, o encerramento da discussão.”* Na decisão é ainda referido que a *“intervenção do Supremo Tribunal de Justiça, ao nível da decisão da matéria de facto, é restrita/residual, porque limitada à apreciação da (in)observância das regras de direito probatório material, ficando, por isso, fora do seu âmbito de competência a reapreciação da matéria de facto fixada pela Relação no âmbito da faculdade prevista no art. 712.º do C.P.C., suportada em prova de livre apreciação e posta em crise pela recorrente apenas no âmbito da percepção e formulação do respectivo juízo de facto.”*<sup>64</sup> Se quanto a esta última afirmação a decisão do tribunal nos parece estar corretíssima, já quanto à primeira cremos que não será bem assim.

A nível da Relação é também fácil encontrar decisões que negam a possibilidade de alegação e conhecimento de factos supervenientes em 2.ª instância. Veja-se, por exemplo, o Ac. do TRP de 25 de Junho de 2001 (processo n.º 0150589), onde se afirma categoricamente que é *“impossível alegar em recurso factos supervenientes e, com base neles, juntar documentos supervenientes.”*<sup>65</sup>

Já em defesa da tese contrária, ou seja, defendendo que o CPC permite às partes alegarem e à Relação conhecer de factos supervenientes, a lista de Acs. é bem mais reduzida, mas ainda assim é possível encontrar alguns.

Um exemplo que é frequentemente utilizado é o do Ac. do TRP de 11 de março de 1993 (processo n.º 9250655), onde se considerou *“admissível a junção, com as alegações de recurso, de documento demonstrativo de que a apelada adquiriu um andar para a sua residência permanente em momento posterior à prolação da sentença*

---

<sup>63</sup> Disponível em [www.dgsi.pt](http://www.dgsi.pt)

<sup>64</sup> Ibidem.

<sup>65</sup> Disponível em [www.dgsi.pt](http://www.dgsi.pt)

*que decretou a denúncia do contrato de arrendamento com fundamento na necessidade do locado para habitação própria.” Ora no caso em apreço, o documento fazia prova de um facto jurídico objetivamente superveniente à decisão em 1ª Instância, facto esse que importava o desaparecimento do requisito da necessidade, fundamental ao direito que se pretendia exercitar. Os mais céticos diriam que tal não seria admissível, pois em sede de recurso só devem ser aceites documentos supervenientes para prova de factos velhos, isto é, factos já anteriormente conhecidos pelo Tribunal recorrido, sendo que para se fazer valer de tal facto o arrendatário deveria interpor uma nova ação, que eventualmente revogasse a decisão anterior. No entanto, de forma inequívoca e contrariando a orientação maioritária, o tribunal considerou que tal facto deveria ser tido em conta pela Relação, “já que a decisão, quer em primeira, quer em segunda instância, deve reflectir sempre a situação de facto existente no momento em que é encerrada a discussão, tal como o prescrevem os artigos 663 e 713, nº 2 do Código de Processo Civil.”<sup>66</sup>*

De referir, igualmente, a decisão deste mesmo tribunal no Ac. de 22 de janeiro de 2002, onde se afirma que os *“factos jurídicos produzidos posteriormente à sentença em primeira instância podem, se preenchidas as demais condições do art. 663.º do C. P. Civil, ser tomados em conta no recurso para a Relação”*.<sup>67</sup>

Uma nota especial ao Ac. do STJ de 15 de março de 2007 (processo n.º 07B287), onde é possível encontrar aquela que consideramos ser uma posição intermédia. Nesta decisão pode ler-se o seguinte: *“É certo que – reza o art.663º, nº1 do CPCivil –...deve a sentença tomar em consideração os factos constitutivos, modificativos ou extintivos do direito que se produzam posteriormente à proposição da acção, de modo que a decisão corresponda à situação existente no momento do encerramento da discussão. Todavia, sem prejuízo das restrições estabelecidas noutras disposições legais, nomeadamente quanto às condições em que pode ser alterada a causa de pedir. De modo que, ainda que se possa entender, com Miguel Teixeira de Sousa, Estudos Sobre o Novo Processo Civil, Lex, 1997, pág.457 que « nos recursos ordinários pode ser alegado um facto superveniente e apresentada a respectiva prova documental, tanto quando aquele facto e esta prova conduzam à confirmação da decisão impugnada, como quando impliquem a sua revogação » - e “facto*

---

<sup>66</sup> Ibidem.

<sup>67</sup> Cfr. PISSARRA, Nuno Andrade. Ob. cit., p. 312.

*superveniente” é não só o que ocorreu mas também o que apenas foi conhecido...supervenientemente – o que não pode é esse novo facto, alegado e documentado, situar-se fora da causa de pedir tal como o autor a concebeu para sustentar o seu pedido”.*<sup>68</sup> Em suma, admite aqui o STJ o conhecimento de factos supervenientes pelo tribunal de recurso, desde que tais factos não estejam fora da causa de pedir, ou seja, exclui os factos que provoquem uma alteração ou ampliação da causa de pedir fixada em 1.ª instância.

### **3.4. Posição perfilhada: a admissibilidade de alegação e conhecimento de factos essenciais supervenientes relativos ao mérito da causa em sede de recurso**

Ao longo do presente estudo tem vindo a ficar patente a posição que se pretende defender. Adiantamos desde já que não vemos obstáculo de princípio para vedar ao tribunal da Relação o conhecimento de factos supervenientes, incontestados que são atualmente os seus poderes de conhecimento a nível de matéria de facto. Temos nos dias de hoje uma segunda instância, que se deve manter como um verdadeiro segundo grau de jurisdição, quer em matéria de direito quer em matéria de facto. Parece-nos aliás que as sucessivas reformas à lei processual civil têm vindo a reforçar amplamente as competências da Relação a este nível, não deixando dúvidas no sentido de que o regime consagrado no nosso CPC é o de uma verdadeira 2.ª instância em matéria de facto, pelo que não é lícito à Relação limitar-se a um controlo meramente formal do julgamento feito em 1.ª instância, devendo sim realizar o seu próprio julgamento, condição indispensável para a boa administração da justiça.

Adiantamos também desde já que o mesmo não se poderá dizer quando o tribunal de recurso for o Supremo Tribunal de Justiça, pois como é sabido este só conhece de matéria de direito. Ficam assim excluídos da nossa análise, *ab initio*, quer o recurso ordinário de revista (art.º 671.º e seguintes), quer o recurso extraordinário para uniformização de jurisprudência (art.º 688.º e seguintes).

Este nosso estudo tem como base principal o recurso ordinário de apelação, mas de qualquer modo, não excluimos à partida o recurso extraordinário de revisão, sobre o qual teceremos algumas considerações no final, devido às suas particularidades.

---

<sup>68</sup> Disponível em [www.dgsi.pt](http://www.dgsi.pt)

### **3.4.1. Sistema de recursos português: recursos de reponderação vs recursos de reexame**

A jurisprudência e mesmo a doutrina processualista tendem a afirmar que os nossos recursos ordinários não servem para conhecer de novo da causa, mas apenas para o controlo da decisão recorrida.

Diz o art.º 627.º, n.º 1, que os recursos se destinam a impugnar “*decisões judiciais*” e não a decidir de novo sobre a causa. Como tal, o juiz de recurso não reaprecia ou reexamina a causa, antes aprecia ou repondera a decisão sobre a causa, isto porque o sistema de recursos adotado em Portugal é o de reponderação e não o de reexame.

Assim sendo, o tribunal de recurso estaria limitado à matéria de facto com base na qual o tribunal a quo decidiu e às questões decididas por esse mesmo tribunal, salvo quanto às questões de conhecimento oficioso. Os juízes do tribunal de 2.ª Instância, ao proferirem a sua decisão, teriam, segundo este entendimento, de encontrar-se numa situação idêntica à do juiz da 1.ª Instância no momento de proferir a sua sentença.

Por exemplo, para Castro Mendes o objeto do recurso é julgar se a decisão proferida foi justa ou não, pelo que interessa somente comparar a decisão com os dados que o juiz de 1.ª instância possuía na altura em que decidiu. Para este autor, se o juiz não se podia servir de certo facto extintivo e por isso condenou, então condenou bem e o tribunal superior deve limitar-se a reconhecer isso mesmo, negando-se a revogar a condenação, embora tenha a certeza ou suspeite, que tal decisão é discordante da verdade.<sup>69</sup>

Para Teixeira de Sousa “*no direito português, os recursos ordinários visam a reapreciação da decisão proferida dentro dos mesmos condicionalismos em que se encontrava o tribunal recorrido no momento do seu proferimento. Isto significa que, em regra, o tribunal de recurso não pode ser chamado a pronunciar-se sobre matéria que não foi alegada pelas partes na instância recorrida ou sobre pedidos que nela não foram formulados*”<sup>70</sup>

Também nas palavras de Abrantes Geraldés “*a natureza do recurso, como meio de impugnação de uma anterior decisão judicial, determina outra importante limitação ao seu objecto decorrente do facto de, em regra, apenas poder incidir sobre questões que tenham sido anteriormente apreciadas, não podendo confrontar-se o tribunal ad*

---

<sup>69</sup> Cfr. PISSARRA, Nuno Andrade. Ob. cit., pp. 313 e 314.

<sup>70</sup> SOUSA, Miguel Teixeira de. Ob. cit., pp. 395 e 396.

*quem com questões novas. Os recursos constituem mecanismos destinados a reapreciar decisões proferidas, e não a analisar questões novas, salvo quando (...) sejam de conhecimento oficioso e, além disso, o processo contenha os elementos imprescindíveis”.*<sup>71</sup>

Ora para muitos este é um argumento contra a admissibilidade de conhecimento de factos supervenientes, visto que tal cenário afrontaria o modelo recursório adotado no direito processual civil português, que é um modelo centrado na decisão impugnada e não no novo julgamento da causa.

A nosso ver, as coisas não são tão lineares assim. O sistema de recursos do CPC não se fecha completamente à consideração de factos novos.

Desde logo, há que ter em conta o que se passa com os factos de conhecimento oficioso. Ora se o tribunal de 2.<sup>a</sup> instância decide com base em facto notório não considerado na primeira instância, por certo que está a fazer mais do que reapreciar a decisão impugnada, ele reexamina à causa com base em novos factos.

Há que ter também em conta o que acontece com base no art.º 264.º, ou seja, havendo acordo entre as partes, o recurso pode muito bem ter por objeto novos factos integrantes de nova causa de pedir relativamente à apresentada e decidida em primeira instância.

Como sublinha o Prof. Teixeira de Sousa, a *“impossibilidade de invocação dos factos supervenientes na instância de recurso – que se poderia julgar ser a solução legal devido ao modelo de recurso de reponderação, é no entanto contrariada pelo próprio direito positivo”*<sup>72</sup>, que consagra várias exceções em que são atribuídos à Relação poderes de reexame.

Ora são estas exceções, expressamente consagradas na lei que levam alguns autores, com os quais concordamos, a considerar que o sistema português não é um sistema de reponderação puro.

Há pois que concluir que, o conhecimento de factos supervenientes em recurso não afronta o sistema recursório português, que na verdade não é de pura reponderação, sendo que a não consideração de factos novos na instância recursória em Portugal não é regra absoluta, admitindo-se exceções desde que previstas na lei ou, como escreve e

---

<sup>71</sup> GERALDES, Abrantes. Pp. 26, 10 e 104.

<sup>72</sup> SOUSA, Miguel Teixeira de. Ob. cit., p. 396.

bem o Dr. Nuno Pissarra, desde que sejam “*determinação de princípio fundamental do processo civil.*”<sup>73</sup>

### 3.4.2. Os princípios de processo civil em causa

Diz-nos o princípio da estabilidade da instância, previsto no art.º 260.º, que a instância deve manter-se estável quanto aos sujeitos e ao objeto depois de citado o réu. A razão de ser e a utilidade desde princípio é clara, pretende-se evitar que o tribunal seja constantemente surpreendido com novas questões para resolver ao longo do processo, pois tal seria prejudicial ao normal andamento da causa e à própria celeridade processual.

No mesmo sentido parece ir o princípio da eventualidade ou da preclusão, ligado ao princípio da auto-responsabilidade das partes, segundo o qual as partes devem disciplinar-se de maneira a praticar os atos processuais que lhes interessam no momento próprio que têm para o fazer, sob pena de o não poderem fazer mais.

É sabido que o processo está organizado por ciclos rígidos de atos processuais, em cada um dos quais às partes assiste o direito de praticarem os atos neles inscritos e está vedada a possibilidade de praticarem os inscritos noutros ciclos. Pretende-se que as partes “*litiguem às claras, sem insida ou ardil (...), bem como que a sentença do tribunal apareça célere.*”<sup>74</sup>

Estes princípios, com consagração clara no nosso sistema, seriam pois os princípios processuais que se oporiam à alegação e conhecimento de factos supervenientes pelo tribunal de recurso.

No entanto, existem no nosso processo civil outros princípios igualmente importantes e a ter em conta, que vão ao encontro da tese contrária. É o caso, por exemplo, do princípio da economia processual, segundo o qual se deve tentar obter o máximo resultado processual através do mínimo de atividade possível. Nas palavras de Nuno Pissarra, uma das dimensões deste princípio “*determina a resolução da maior quantidade possível de litígios com o mesmo processo*”<sup>75</sup>, é a chamada economia de processos. O que releva aqui é que seja possível resolver de uma vez por todas o problema que obrigou as partes a recorrerem ao tribunal, evitando o surgimento de novos processos, que embora não ferindo o caso julgando, poderiam através deste ser

---

<sup>73</sup> PISSARRA, Nuno Andrade. Ob. cit., p. 315.

<sup>74</sup> Ibidem, p. 316.

<sup>75</sup> PISSARRA, Nuno Andrade. Ob. cit., p. 316.

resolvidos, mesmo que tal implique prescindir da estabilidade e disciplina também desejáveis.

É inegável que temos aqui princípios contraditórios entre si, princípios que chocam de frente, pelo menos tendo em consideração a questão fulcral que aqui se pretende discutir. A dúvida então será, quais os princípios que devem ceder ou contrair-se e em que termos. Deverão os princípios da estabilidade da instância e da preclusão impor-se à economia processual e impedir a alegação e conhecimento de factos supervenientes em recurso ou pelo contrário terá o princípio da economia processual força suficiente para impor uma contração dos outros.

Quanto ao princípio da preclusão, estamos em crer que perde o sentido quando se fala em factos supervenientes (quer objetiva quer subjetivamente) ao momento em que devem ser invocados. Sendo certo que devem existir regras que disciplinem o processo e que evitem que se torne interminável, do mesmo modo que têm de existir parâmetros que obriguem as partes a jogar limpo quer perante o tribunal quer uma perante a outra, não é possível exigir às partes, sob pena de consequências negativas, que levem ao conhecimento do tribunal em certa fase processual um facto que só depois dele ocorreu ou que só depois teve conhecimento, desculpavelmente.

Os factos supervenientes não podem ser abrangidos pelo princípio da preclusão, que no fundo culmina com uma penalização para as partes que violem a disciplina processual deliberada ou negligentemente. Não faz sentido penalizar as partes quando estas nada podiam fazer para evitar. Tal implicaria uma injustiça e um prejuízo para a descoberta da verdade material desnecessários.

É certo que o CPC regula expressamente esta matéria no que à 1.<sup>a</sup> instância diz respeito, no seu art.º 588.º, impondo uma disciplina processual estrita, sendo certo que as partes não podem ficar livres de toda e qualquer disciplina mesmo quanto aos factos supervenientes, sob pena de ocorrerem abusos. Mas como foi frisado essa disciplina destina-se apenas aos factos ocorridos e conhecidos até aqueles momentos, no tribunal de 1.<sup>a</sup> instância. Como já foi dito, não faz sentido considerar-se que à uma violação da disciplina processual e como tal deve atuar o princípio da preclusão no que toca a factos posteriores, por uma questão de total impossibilidade teórica e prática.

Como tal, consideramos errado usar o art.º 588.º, ou até o art.º 611, como argumento para negar a alegação e o conhecimento dos factos supervenientes, considerando que todos os factos supervenientes têm de ser alegados até aos momentos aí previstos, sob pena de preclusão. É que, sendo o recurso uma “continuação” da 1.<sup>a</sup>

instância muitos factos relevantes para a decisão última da causa poderão ocorrer desde esses momentos até ao momento de interposição do recurso e quanto a estes factos o princípio da preclusão não pode nem deve atuar.

Já relativamente à estabilidade da instância há que admitir que esta é claramente a regra no processo civil, mas quererá isso dizer que nunca será possível a invocação e consideração de factos supervenientes pelo tribunal de recurso, sob pena de se violar esse princípio? É comum dizer-se que não há regra sem exceção e pensamos ser também aqui o caso, pelo que a resposta à pergunta anterior é negativa.

A instância não se pretende absolutamente estável. São diversos os limites que a lei expressamente impõe ao princípio da estabilidade, sendo que o próprio art.º 260.º faz essa chamada de atenção (“salvas as possibilidades de modificação consignadas na lei”). Trata-se portanto de um princípio maleável.

Note-se que as restrições que o legislador faz à estabilidade da instância constituem, essencialmente, determinações do princípio da economia processual, o que nos leva a concluir que, em certos casos, a estabilidade deve ceder perante a economia.

Não podemos negar que o conhecimento de factos supervenientes pode abalar a estabilidade da instância, mas a verdade é que a instância se deve manter estável mas não imutável e insensível ao que a rodeia, podendo e devendo por isso ser alterada se a lei disser que pode sê-lo em prol da economia processual.

É, a nosso ver, igualmente importante trazer à colação o princípio da verdade material. Segundo este princípio, “*a verdade é a reconstituição dos factos e da situação jurídica tal como se verificaram na realidade.*”<sup>76</sup> Sendo certo que, em juízo a verdade que se alcança é sempre uma verdade formal, “*como resultado de todas as provas produzidas e submetidas ao juízo crítico do julgador e não a verdade que corresponde à realidade dos acontecimentos*”<sup>77</sup>, certo é que o esforço desenvolvido pelo juiz deverá ser sempre no sentido da busca da verdade material. Ora, pura e simplesmente, ignorar factos essenciais para a resolução da causa só por serem supervenientes não é um esforço nesse sentido. Parece-nos que se existe a possibilidade de, num mesmo processo (sendo que a instância de recurso constitui ainda um mesmo processo) chegar mais perto da

---

<sup>76</sup> RODRIGUES, Fernando Pereira. *O Novo Processo Civil. Os Princípios Estruturantes*. Coimbra: Almedina, 2013, p. 233.

<sup>77</sup> Ibidem, p. 235.



realidade das coisas não devemos defender, de forma absoluta e cega, que o juiz deve pura e simplesmente ignorar os factos e manter uma fachada, havendo que ponderar os prós e os contras de tal possibilidade com maior cautela. O juiz não deve criar ou manter uma ficção quando pode chegar mais perto da realidade, caso contrário põe em causa sem motivo suficientemente forte, não só a verdade material, mas a própria justiça. Acresce que, também por uma questão de segurança jurídica parece ser esta a solução mais viável, pois uma decisão que se afasta completamente da realidade das coisas, para manter uma verdade meramente processual, acaba por se tornar demasiado frágil e precária, não evitando o surgimento de uma nova ação sobre a mesma causa que ponha em cheque a decisão anterior.

Corolário deste princípio parece-nos ser o art.º 611.º, cuja *ratio* é a de garantir que a sentença é, tanto quanto possível, reflexo da verdade material, instrumento decisório esclarecido sobre toda a extensão da realidade dos factos relevantes. Ora essa finalidade deveria levar o julgador, a tomar em consideração a realidade dos factos que se produzissem posteriormente à propositura da ação e posteriormente ao encerramento da discussão em 1.ª instância, isto quer para a 1.ª instância quer em sede de recurso, respetivamente.

Claro está que a busca pela verdade material levada às últimas consequências pode muitas vezes levar a exageros e a conclusões perversas, mas como é óbvio também aqui não vemos este princípio como um princípio absoluto. Tal como os demais princípios *supra* mencionados também o princípio da verdade material deve sofrer limitações.

Por fim, uma nota breve quanto ao princípio da celeridade processual. Estamos em crer que celeridade na resposta judiciária que se pretende alcançar com a proibição de valoração dos factos supervenientes acaba por perder sentido na medida em que as probabilidades de surgir uma nova ação, com o mesmo pedido e os mesmos sujeitos, onde se irá começar tudo do início, com novos prazos, nova produção de prova, etc. aumentam drasticamente. Como tal, e como a pressa é sempre inimiga da perfeição, embora se consiga um julgamento aparentemente mais célere da causa, essa decisão vai acabar por não ser definitiva e trará provavelmente, mais perdas do que ganhos, que seriam evitáveis se logo no recurso esses factos supervenientes fossem admitidos.

### **3.4.3. Limites à admissibilidade**

É errada a ideia de que a lei só autorizaria alterações à instância quando o fizesse de forma expressa. Não há motivo para que o intérprete, como que por ato de fé cega, se recuse a ver em normas processuais exceções à estabilidade, até porque o próprio Código as admite expressamente. Também não vemos razão para que se opte por uma indiscriminada interpretação restritiva de todas as normas relacionadas com a alegação e conhecimento de factos supervenientes.

De qualquer modo também não nos parece viável uma admissibilidade ilimitada de factos supervenientes em recurso, pelo que, naturalmente, têm de ser estabelecidos critérios.

Um dos critérios que deve, a nosso ver, balizar a admissibilidade do conhecimento de factos supervenientes em recurso surge desde logo no art.º 264.º. Diz-nos o mencionado artigo que, havendo acordo entre as partes poderá sempre haver alteração ou ampliação quer do pedido quer da causa de pedir, em qualquer momento da 2.ª instância, *“salvo se a alteração ou ampliação perturbar inconvenientemente a instrução, discussão e julgamento do pleito.”* Ora nas palavras de Nuno Pissarra, este preceito contém um verdadeiro convite à ponderação caso a caso *“dos prós e contras inerentes aos princípios da economia processual e estabilidade na tarefa da interpretação e aplicação das normas legais relativas à alegação e conhecimento de factos supervenientes.”*<sup>78</sup> Trata-se de um verdadeiro critério de decisão para o juiz, que deve decidir-se pelo princípio da estabilidade ou pelo princípio da economia processual consoante a alteração da instância, resultante da introdução de factos supervenientes, perturbe ou não *“inconvenientemente a instrução, discussão e julgamento do pleito.”* A verdade é que nem o art.º 260.º impõe uma estabilidade sem exceções, nem o art.º 264.º aceita uma instabilidade sem limites, embora no limite tal até pode-se acontecer visto que seria essa a vontade das partes. Os princípios não podem ser cegos, até porque colidem uns com os outros e não há entre eles uma hierarquia fixa estabelecida. Não havendo expressa previsão legal para a resolução destes conflitos a solução passa por uma ponderação caso a caso.

O que se pretende é que o aplicador da lei, em vez de ir pela via provavelmente mais fácil e insistir cegamente na negação da consagração de exceções à estabilidade da instância, a interprete de forma a que seja possível averiguar, em função das particularidades de cada caso, se deve prevalecer o princípio da estabilidade ou se este

---

<sup>78</sup> Cfr. PISSARRA, Nuno Andrade. Ob. cit., p. 319.

deve ceder face ao princípio da economia processual. Exige-se portanto uma ponderação, que ficará a cargo do julgador. O que digamos não é algo de estranho no nosso processo civil, senão vejamos o art.º 6.º ou o art.º 547.º, onde se concedem ao juiz poderes para adequar a tramitação processual às especificidades da causa e não só.

Se a imposição da estabilidade da instância se prende com o objetivo último de evitar que seja prejudicado o normal andamento da causa por virtude da colocação de novas questões, pois parece que o que há a fazer é ver se essas novas questões trazem alguma perturbação inconveniente para o processo e se não trouxerem devem, claramente, ser admitidas. Mas obviamente que este critério também não pode ser restringido ao ponto de nada ser admissível por o mínimo atraso no processo já ser considerado uma perturbação, havendo que ser levando em conta que ganhos maiores podem ser conseguidos.

Como refere o Dr. Nuno Pissarra, a lei *“em homenagem ao princípio da economia processual, não tem de ser interpretada preconceituosamente e restritivamente, porque o Código não quer cego o respeito pelo princípio da estabilidade; crucial é que o conhecimento de factos supervenientes em recurso, sendo perfeitamente aceitável, não perturbe inconvenientemente a instrução, discussão e julgamento do pleito.”*<sup>79</sup>

Além deste que deverá servir como critério geral, outros limites devem ser impostos à alegação e conhecimento de factos supervenientes em sede de recurso.

Desde logo, consideramos essencial o respeito pelo princípio do contraditório, nos termos do art.º 3.º, isto é, terá sempre de ser dada à parte contrária a possibilidade de se pronunciar a respeito dos novos factos.

Do mesmo modo, deve ser tido em conta o princípio da boa fé, consagrado no art.º 8.º. Aqui a boa fé prende-se essencialmente com a autenticidade da superveniência dos factos, ou seja, com a necessidade de a parte que alegar os factos ter de convencer o juiz de que estes são efetivamente supervenientes, sobretudo se a superveniência for subjetiva. Ora no caso dos factos subjetivamente supervenientes haverá boa fé se o conhecimento tardio não se dever a culpa de quem os invoca.

#### **3.4.4. Regime aplicável aos casos em que é admissível**

---

<sup>79</sup> PISSARRA, Nuno Andrade. Ob. cit., p. 320.

Há que fazer uma distinção entre os casos em que há acordo das partes quanto à consideração de factos essenciais supervenientes e os casos em que tal acordo não existe.

Havendo acordo entre as partes, cumpre distinguir os casos em que é o autor a invocar factos constitutivos do seu direito e os casos em que é o réu a invocar factos impeditivos, modificativos ou extintivos favoráveis às suas pretensões.

No caso dos factos constitutivos supervenientes, o seu conhecimento em 2.<sup>a</sup> instância é expressamente admitido, no art.º 264.º, uma vez que se admite a alteração ou ampliação da causa de pedir.

Note-se que este preceito não distingue entre factos velhos e factos supervenientes e como tal quer uns quer outros podem ser alegados e conhecidos desde que haja acordo. Havendo este acordo o tribunal de recurso não tem alternativa senão conhecer dos novos factos introduzidos no processo por vontade de ambas as partes.

O mesmo acontece com a situação prevista no art.º 265.º, n.º 1, ou seja, nos casos em que a confissão feita pelo réu (desde que o autor a aceite) desencadeia a alteração ou ampliação da causa de pedir inicialmente alegada pelo autor. Também aqui se admitem quer os factos velhos quer os factos supervenientes. Isto pode dar-se, por exemplo, quando *“numa acção de restituição da posse intentada nos termos do art.º 1037.º, n.º 2, do Código Civil, o réu acaba por confessar os factos integrantes de um direito de propriedade do autor.”*<sup>80</sup> Também a confissão pode ocorrer a qualquer momento, em 1.<sup>a</sup> ou em 2.<sup>a</sup> instância. O art.º 265.º, n.º 1, não o impede e o art.º 356.º do CC, relativo á confissão judicial, também a admite em qualquer ato processual. Acresce que, a bem da verdade, também aqui estamos perante um acordo entre as partes, pelo que não se vê razão para o regime ser diverso. Ora, feita a confissão pelo réu e sendo esta aceite pelo autor, altera-se ou amplia-se a causa de pedir e os factos supervenientes têm de ser considerados pela Relação.

Quanto aos factos impeditivos, modificativos ou extintivos do direito do autor, ou seja, quanto às exceções supervenientes invocados pelo réu, havendo acordo entre as partes quanto à sua alegação também terão de ser conhecidas pelo tribunal de recurso. O acordo entre as partes justifica só por si que prevaleça a economia processual sobre a estabilidade, desde que, também aqui, se respeito o limite geral previsto no art.º 264.º,

---

<sup>80</sup> PISSARRA, Nuno Andrade. Ob. cit., p. 322.

ou seja, que tal não provoque uma perturbação inconveniente no processo. É certo que o art.º 264.º não prevê expressamente esta possibilidade, no entanto, esta é uma decorrência do princípio da igualdade das partes, consagrado no art.º 4.º. Dificilmente se poderá aceitar que o autor, por acordo com o réu, pudesse fazer valer em processo factos supervenientes constitutivos do seu direito, em qualquer altura, e o réu, mesmo com a concordância do autor, não pudesse fazer o mesmo quanto às exceções a ele favoráveis.

De igual modo, se o autor confessar factos que em si são constitutivos de excepção perentória e o réu os aceitar, a 2.ª instância terá de os levar em consideração. Por exemplo, se numa *“acção de dívida, o autor alega em recurso interposto pelo réu que este já pagou parte da dívida e o réu, evidentemente, aceita a alegação. Tem o tribunal de recurso de dar como provado tal facto e daí retirar as devidas consequências legais, absolvendo o réu na medida da verificação da nova excepção.”*<sup>81</sup> Esta parece-nos ser também uma imposição do princípio da igualdade das partes, visto tal possibilidade estar legalmente prevista, no art.º 265.º, n.º 1, para a confissão do réu.

Resumindo e concluindo, nestes casos, a alegação e conhecimento de factos supervenientes em sede de recurso só pode ser afastada se no caso concreto os juízes considerarem que há uma perturbação inconveniente do julgamento da causa, já mencionado como critério geral, estabelecido no art.º 264.º.

Quanto às situações de falta de acordo para a introdução no processo de factos supervenientes, deve também ser feita uma distinção entre os factos constitutivos e os factos impeditivos, modificativos ou extintivos.

Relativamente aos factos constitutivos do direito do autor que sejam supervenientes, a opinião maioritária (quer doutrinária quer jurisprudencial) é, como já foi referido *supra*, que é inadmissível serem alegados e, se o forem, não pode o tribunal de recurso deles conhecer. Querendo valer-se desses factos, o autor não terá outra hipótese que não seja intentar uma nova acção e isto somente se não houver fundamento para lhe ser oposta a excepção de caso julgado. Segundo esta tese tradicional, se o autor quiser introduzir factos supervenientes no processo, sem o acordo do réu, terá de o fazer até ao encerramento da discussão em 1.ª instância. Todos os factos que sejam posteriores a esse encerramento perdem-se para aquele processo e só podem ser alegados, se o poderem, num novo processo. Por exemplo, *“se tiver ficado vencido, na*

---

<sup>81</sup> PISSARRA, Nuno Andrade. Ob. cit., p. 323.

*primeira instância, na acção de anulação do contrato com fundamento em erro, nunca ao autor seria consentido vir, nas alegações de recurso, invocar factos constitutivos da coacção moral para, com eles, obter o provimento do recurso e a anulação que não logrou alcançar anteriormente*”<sup>82</sup>, isto porque, segundo esta posição restritiva o recurso só pode apreciar a decisão recorrida, não servindo para realizar um novo julgamento da causa. A solução contrária iria contra a segurança ambicionada nos processos por imposição do princípio da estabilidade da instância e tal é inaceitável.

Ora, como é óbvio, esta não é de todo a posição que seguimos. Consideramos que mesmo na falta de acordo a alegação e conhecimento de factos constitutivos supervenientes deve ser admitida. A lei de processo não o proíbe, antes pelo contrário.

Como dizia Teixeira de Sousa, na *“lei processual civil não se encontra qualquer previsão sobre este problema, mas ela contém algumas regras que importa conhecer”*<sup>83</sup> e, apesar da grande reforma legislativa de 2013, o problema continua até hoje sem resolução expressa. Pegando ainda nas palavras do Prof. existem de facto na lei preceitos que devem ser tidos em conta na resolução deste problema. Desde logo o art.º 588.º, que proíbe a atendibilidade de factos supervenientes para além do encerramento da audiência final e o art.º 611.º, n.º 1, que manda atender somente à situação existente no momento do encerramento da discussão.

No entanto, há que realçar que estas normas se destinam mormente à 1.ª instância, pelo que, estando aqui em causa a fase de recurso outras regras devem ser tidas em conta para a resolução do problema da consideração dos factos supervenientes, em caso de falta de acordo. A atenção deve centrar-se a nosso ver no art.º 663.º, n.º 2. É esta a nosso ver a base legal para a defesa da admissibilidade de alegação e conhecimento de factos supervenientes em recurso. No n.º 2 do art.º 663.º, a lei determina que na elaboração do acórdão pelo tribunal da Relação, se observe, *“na parte aplicável, o preceituado nos artigos 607.º a 612.º”*, ou seja, há uma remissão, entre outros, para o art.º 611.º. Assim sendo, a conclusão não pode ser outra, a aplicação do art.º 611.º à 2.ª instância é imperativa. No entanto, poderia defender-se (e há quem o faça) que esta remissão serve apenas para vincular a Relação à atendibilidade, no seu acórdão, de factos alegados até ao momento do encerramento da discussão em 1.ª instância, nos mesmos termos em que a sentença o deve fazer. Ora tal interpretação não só seria demasiado restritiva como faria da remissão uma inutilidade, visto que sendo os

---

<sup>82</sup> Ibidem, p. 325.

<sup>83</sup> SOUSA, Miguel Teixeira de. Ob. cit., p. 455.

factos supervenientes alegados tempestivamente em 1.<sup>a</sup> instância e considerados na decisão do tribunal *a quo*, ao tribunal *ad quem* não resta outra alternativa que não a de os levar em conta também na sua decisão, sendo desnecessária tal remissão legal para o impor. Como refere o Dr. Nuno Pissarra, “*se a apelação é, por regra, recurso de reponderação, então à Relação compete simplesmente controlar a exacta aplicação do art. 663.º pela primeira instância. A Relação só teria de censurar ou confirmar a sentença por não ter ou ter considerado os factos supervenientes de harmonia com o imposto pelo art. 663.º.*”<sup>84</sup> Acresce que, a remissão é feita para a parte do art.º 611.º que é aplicável ao recurso de apelação, que não será com certeza a parte que se destina à 1.<sup>a</sup> instância e já não faz sentido aplicar na 2.<sup>a</sup> instância.

O verdadeiro significado desta remissão é, então, o de facultar à Relação a possibilidade de conhecer de factos jurídicos supervenientes ao fim da discussão em 1.<sup>a</sup> instância, ou seja, aqueles que por terem ocorrido depois, ou por só terem sido conhecidos posteriormente, já não puderam ser levados em conta pelo tribunal de 1.<sup>a</sup> instância.

É com base nesta remissão que, por exemplo, Amâncio Ferreira defende que “*o Tribunal da Relação (...) deve levar em conta os factos constitutivos, modificativos ou extintivos do direito que ocorrerem até ao encerramento da discussão perante ele, desde que posteriores ao encerramento da discussão na 1.<sup>a</sup> instância (arts. 663.º, n.º 1, e 713.º, n.º 2).*”<sup>85</sup>

Também o Dr. Nuno Pissarra sustenta boa parte da sua argumentação na remissão feita pelo atual art.º 663.º, n.º 2, para o atual art.º 611.º, afirmando que o significado último desta remissão é o de “*abrir uma exceção ao princípio da reponderação.*”<sup>86</sup>

Outro dos argumentos que era frequentemente usado para sustentar a posição que seguimos era o da remissão feita pelo antigo art.º 693.º-B (facultando às partes a junção de novos documentos em recurso) para o antigo art.º 524.º. Defendia Nuno Pissarra o seguinte: “*Não restringindo a lei a remissão feita para o art.º 524.º ao seu n.º 1, é-se obrigado a reconhecer que ela vai também apontada ao n.º 2 e, desde logo, à parte em que se prevê a possibilidade de juntar documentos «destinados a provar factos*

---

<sup>84</sup> PISSARRA, Nuno Andrade. Ob. cit., p. 326.

<sup>85</sup> FERREIRA, Fernando Amâncio. Ob. cit., p. 156.

<sup>86</sup> PISSARRA, Nuno Andrade. Ob. cit., p. 326.

*posteriores aos articulados [...] em qualquer estado do processo».*<sup>87</sup> Também o Prof. Teixeira de Sousa se apoiava no antigo art.º 524.º, n.º 2, afirmando o seguinte: “*A admissibilidade da apresentação de documentos supervenientes relativos a factos igualmente supervenientes encontra apoio legal no art.º 524.º, n.º 2 (...), desde que se possa entender que aquele preceito se refere aos factos posteriores a todos os articulados, mesmo aos supervenientes.*”<sup>88</sup> Note-se, no entanto, que a mesma base legal era utilizada por outros autores em favor da tese contrária, defendendo que a remissão era exclusivamente feita para o n.º 1 do art.º 524.º, como era o caso de Brites Lameiras, ou defendendo que deveria ser feita uma interpretação restritiva do art.º 524.º, n.º 2, como era o caso de João Espírito Santo.

De qualquer forma, o cenário alterou-se no novo CPC, de 2013. Como já havíamos adiantado, o antigo art.º 524, n.º 2, deixou de existir, não encontrando correspondência nem no atual art.º 425 nem em qualquer outro, ou pelo menos não com a extensão que a inserção sistemática no n.º 2 do art.º 524.º lhe dava.

Quer-nos então parecer que com a alteração legislativa de 2013, este deixou de poder ser um argumento utilizado a favor da tese da admissibilidade de alegação e conhecimento de factos supervenientes em recurso. Quer o art.º 651.º, n.º 1, quer o art.º 425.º passaram, isso sim, a ter de ser normas a interpretar à luz desta orientação, mas esta será uma questão a abordar mais à frente, aquando das considerações sobre a prova destes factos supervenientes.

Como já foi referido, isto não significa que as partes têm completa liberdade para alegar factos supervenientes em recurso. Temos de admitir que no conflito de princípios entre estabilidade e economia processual, a lei portuguesa dá prevalência à estabilidade. Trata-se de uma conclusão que pode desde logo ser extraída do art.º 264.º e do critério que este estabelece para a admissibilidade ou não dos factos supervenientes. Em homenagem ao princípio da economia processual, alterar a causa de pedir, através da alegação de factos supervenientes, é sempre possível, desde que tal não implique uma perturbação inconveniente da instrução, discussão e julgamento do pleito.

A verdade é que existem exceções à estabilidade mas também têm de existir limites à economia processual.

Como já referimos, o critério que deve mediar este conflito de princípios e determinar a exata medida em que é admissível a alegação e conhecimento de factos

---

<sup>87</sup> Ibidem, pp. 326 e 327.

<sup>88</sup> SOUSA, Miguel Teixeira de. Ob. cit., p. 455.



supervenientes é o critério constante do art.º 264.º: (na falta de acordo) sempre que da alegação de factos supervenientes e do seu conhecimento pelo tribunal de recurso resultar uma perturbação inconveniente para o julgamento da causa, então esses factos não devem ser atendidos.

Questão mais complexa é a de saber em que casos existe perturbação inconveniente e em que casos não existe essa perturbação. Será inconveniente a alegação que cause atrasos significativos para a decisão da causa, como poderá ser o caso de factos para a prova dos quais seja necessária a produção de prova testemunhal. De qualquer forma esta é uma ponderação que compete ao juiz realizar. O que se exige do aplicador do direito é que, perante o estatuído no art.º 663.º, n.º 2, que nos remete para o art.º 611.º, pondere o caso em concreto. Não há uma fórmula estanque para resolver este problema, mas provavelmente essa também não seria melhor solução. Claro está que esta será uma ponderação que ficará nas mãos do julgador, no caso concreto, e é sabido que cada *“cada cabeça sua sentença”*, mas não me parece que esta possível subjetividade e a discricionariiedade concedida seja necessariamente negativa. Antes me quer parecer que teremos à partida um ganho na nossa Justiça ao colocarmos de parte a proibição absoluta dos factos supervenientes em recurso.

De qualquer forma existem parâmetros mínimos para esta decisão do juiz que passam por ter em conta os termos em que a alegação é feita e os meios de prova que se pretende utilizar. Nuno Pissarra dá o exemplo de duas situações em que claramente a alegação e o conhecimento de factos supervenientes constitutivos do direito do autor não trazem perturbação inconveniente: *“aquelas em que o réu confessa sem reservas as novas afirmações de factos do autor”* e *“aquelas em que o autor prova com documento não impugnado as novas alegações que formula”*.<sup>89</sup>

Tratando-se de factos impeditivos, modificativos ou extintivos do direito do autor supervenientes e tendo sido alegados pelo réu, a opinião tradicional indica-nos que o caminho a seguir é o de que tais factos só devem ser levados em consideração numa eventual oposição à execução, nos termos do art.º 729.º, alínea g). Ou seja, numa execução em que o título executivo é uma sentença judicial, determina o mencionado artigo que a oposição pode ter por fundamento *“qualquer facto extintivo ou modificativo da obrigação, desde que seja posterior ao encerramento da discussão no processo de declaração e se prove por documento”*. Assim, por exemplo, se numa ação

---

<sup>89</sup> PISSARRA, Nuno Andrade. Ob. cit., p. 330.

de reivindicação, o direito real do autor se vem a extinguir, após o encerramento da discussão em 1.<sup>a</sup> instância, o réu não estará habilitado a fazer-se valer desse facto em recurso, antes terá de esperar pelo trânsito em julgado da decisão para se fazer valer de tal facto em sede de oposição à execução.

Ora, como temos vindo a repetir, o princípio da igualdade entre as partes impõe que a solução que prescrevemos para os factos modificativos alegados pelo autor seja igualmente aplicável aos factos impeditivos, modificativos e extintivos supervenientes alegados pelo réu. Também aqui não vemos razão de princípio para se prejudicar cegamente a economia processual em favor da estabilidade.

Cumprе por fim saber até quando pode o autor alegar os factos constitutivos supervenientes e o réu os factos impeditivos, modificativos e extintivos supervenientes, na falta de acordo claro está.

Para o recorrente, parece-nos que o mais correto será até ao termo do prazo para apresentar as alegações de recurso, já que são elas que delimitam o objeto do recurso (artigos 635.º, n.º 4, e 639.º, n.º 1) e é somente com elas que podem ser juntos os documentos supervenientes, destinados a provar factos posteriores aos articulados, nos termos dos artigos 425.º e 651.º. Depois disto, deverá precludir-se o direito de alegação de factos supervenientes, pese embora a abrangente remissão do art.º 663.º, n.º 2, para o art.º 611.º. Também aqui deve aplicar-se o limite da não perturbação inconveniente para o julgamento da causa, o que claramente aconteceria se também aqui se permitisse a alegação e conhecimento de factos supervenientes até ao termo da discussão em 2.<sup>a</sup> instância, até pela necessidade de respeito pelo princípio do contraditório.<sup>90</sup>

Sendo os factos supervenientes alegados pelo recorrente, ao recorrido deve ser concedida a possibilidade de responder nas contra-alegações, em respeito do princípio do contraditório.<sup>91</sup>

Relativamente à situação em que os factos supervenientes são introduzidos nas contra-alegações, tem o recorrente direito a responder, aceitando-os ou impugnando-os,

---

<sup>90</sup> Note-se que, esta margem de tempo concedida não é desprovida de relevância e efeitos práticos, até porque entre o momento do encerramento da discussão em 1.<sup>a</sup> instância e o da interposição de recurso pode mediar bastante tempo, por vezes largos meses, não nos podendo servir de referência somente, por exemplo, os 30 dias previstos para a interposição do recurso de apelação (art.º 638.º, n.º 1).

<sup>91</sup> A este respeito veja-se não só o art.º 3.º, n.º 3 (consagração do princípio do contraditório), mas também o art.º 427.º.

no prazo normal e supletivo em processo, ou seja, no prazo de 10 dias (art.º 149.º, n.º 1)<sup>92</sup>, havendo igualmente aqui a necessidade de se respeitar o princípio do contraditório.

### 3.4.5. A prova dos factos

Ainda antes da revisão de 2007, por exemplo, o Prof. Teixeira de Sousa defendia que era admissível a alegação e o conhecimento de factos supervenientes em recurso desde que e apenas se fosse apresentada a respetiva prova documental, nos termos do então art.º 524.º, n.º 2.

Sendo óbvio que apenas devem ser admitidos factos cuja prova seja suscetível de ser produzida perante o tribunal de recurso, o certo é que com as sucessivas reformas que o nosso CPC tem vindo a sofrer a nível dos poderes do tribunal de recurso quanto à matéria de facto, quer em 2007 quer mais recentemente em 2013, parece-nos que a prova já não tem de ser exclusivamente documental.

Com a revisão de junho de 2013, as competências da Relação quanto à reapreciação da matéria de facto saíram ainda mais reforçadas, *“o que se orienta pelo propósito de lhe permitir alcançar a verdade material.”*<sup>93</sup>

As alterações nesta matéria desde logo se notam no atual art.º 662.º. Ao contrário do que sucedia no antigo art.º 712.º, que usava a expressão *“pode”*, o n.º 1 e n.º 2 do art.º 662.º estabelecem que a Relação *“deve”* exercer as suas competências nos termos aí previstos.

O atual n.º 1 do art.º 662.º, prescreve então o dever de a Relação alterar a decisão proferida sobre a matéria de facto quando os *“factos tidos como assentes, a prova produzida ou um documento superveniente impuserem decisão diversa”*.

Já o art.º 662.º, n.º 2, estabelece que a Relação deve, por exemplo, ordenar, em caso de dúvida fundada sobre a prova realizada, a produção de novos meios de prova, tal como deve anular a decisão proferida na 1.ª instância quando considere indispensável a ampliação da decisão proferida sobre a matéria de facto. Quer isto dizer que o tribunal da Relação não se encontra limitado nem à prova produzida em 1.ª instância, nem à prova documental superveniente apresentada.

Nos termos quer do art.º 651.º, n.º 1, quer do art.º 425.º, à luz da orientação da orientação por nós perfilhada, poderão obviamente os documentos supervenientes

---

<sup>92</sup> Salvo nas situações de ampliação do objeto do recurso, em que, nos termos do art.º 638.º, n.º 8, o recorrente tem 15 dias para responder.

<sup>93</sup> CASTANHEIRA, Sérgio, CORREIA, João, PIMENTA, Paulo. *Introdução ao Estudo e à Aplicação do Código de Processo Civil de 2013*. Coimbra: Almedina, 2013, p. 96.

apresentados em 2.<sup>a</sup> instância destinar-se à prova de factos também eles supervenientes. Como já referimos *supra*, a prova documental será naturalmente aquela que provocará menor perturbação no andamento do processo em recurso.

De qualquer forma, não sendo a prova documental exclusiva, caberá ao julgador fazer a ponderação, entre vantagens e desvantagens, e aceitar ou não a introdução de factos supervenientes consoante o tipo de meio de prova que seja necessário.

#### **3.4.6. Recurso extraordinário de revisão**

Estamos aqui perante um tipo de recurso extraordinário, ou seja, um recurso de uma decisão já transitada em julgado. Este recurso pode incidir sobre qualquer decisão judicial, independentemente da sua natureza ou objeto, assim como da categoria do tribunal que a proferiu.

O art.º 696 determina quais os fundamentos exclusivos em que pode assentar o recurso de revisão e um desses fundamentos, o previsto na alínea c), é a apresentação de *“documento de que a parte não tivesse conhecimento, ou de que não tivesse podido fazer uso, no processo em que foi proferida a decisão a rever e que, por si só, seja suficiente para modificar a decisão em sentido mais favorável à parte vencida”*.

A questão que se coloca com esta previsão legal, e para o que aqui nos interessa, é a de saber se deve admitir-se ou não o recurso de revisão com base num documento destinado a provar factos que não foram alegados no processo em que foi proferida a decisão que se pretende rever, mormente por serem factos supervenientes a essa decisão.

Por exemplo, João Espírito Santo aborda esta questão, acabando por responder à mesma de forma negativa, o que não nos espanta tendo em conta a posição adotada por este autor quanto ao documento superveniente para prova de factos supervenientes em sede de recurso de apelação. Na defesa desta posição o autor faz inclusive referência a um Ac. do TRP, de 3 de março de 1972, que terá decidido nesse sentido e no qual é afirmado o seguinte: *“[d]eve ser recusada revisão se na ação em que foi proferida a sentença revidenta não tiverem sido alegados os factos que os documentos se destinam a provar”*.<sup>94</sup>

Mas há também quem considera que, pelo menos se o tribunal que apreciar o recurso for o tribunal de 1.<sup>a</sup> instância, se *“poderia produzir nova prova sobre os novos*

---

<sup>94</sup> Cfr. SANTO, João Espírito. Ob. cit., p. 81.

*factos alegados*”, defendendo que neste caso o objeto do recurso “*não se limita à decisão, mas sim também aos fundamentos, o que equivale dizer que o objecto do recurso é, então, precisamente a questão recorrida.*”<sup>95</sup>

Na sequência da posição que temos vindo a defender, no presente estudo, parece-nos que também aqui será de admitir o recurso com base em factos supervenientes, com a particularidade de a prova ter de ser feita necessariamente por documento, com força suficiente para modificar a decisão em sentido mais favorável à parte que o apresenta.

Na verdade, neste caso o foco não estará tanto nos factos supervenientes invocados mas no próprio documento apresentado, que não é um simples meio de prova de tais factos, mas sim o verdadeiro fundamento do recurso.

As vantagens desta admissibilidade passam não só pelas já enunciadas a nível da apelação, como também por uma mais valia adicional que é o facto de o recurso ser apreciado pelo mesmo tribunal que proferiu a decisão.

Note-se ainda que, outra das particularidades deste tipo de recurso é que resulta do n.º 1 do art.º 697.º é que a competência para a sua apreciação pode pertencer quer ao tribunal de 1.ª instância, quer à Relação ou até mesmo ao STJ, dependendo do órgão jurisdicional que proferiu a decisão que é posta em causa. Ora como é sabido o STJ não conhece matéria de facto, pelo que caso o documento apresentado traga ao processo factos supervenientes relativos ao mérito da causa e se destine à revisão de uma decisão do STJ, parece que não poderá este tribunal admitir o recurso.

Esta problemática merecia com certeza uma análise mais pormenorizada, que infelizmente não será possível face à escassez de tempo. De qualquer forma ficam aqui os traços gerais da posição que adotamos.

---

<sup>95</sup> CANÁRIO, António Colaço, THOMAZ, Fernão de C. Fernandes. O objecto do recurso em processo civil. In *Revista da Ordem dos Advogados – ROA*, separata do n.º 2, 1982, p. 379.

#### 4. Conclusões

Em conclusão, havendo acordo das partes, é claramente admissível a alegação e o conhecimento pelo tribunal de recurso dos factos supervenientes, a todo o momento, salvo se a sua apreciação implicar uma perturbação inconveniente para o julgamento da causa.

Faltando o acordo entre as partes e porque o princípio da estabilidade da instância é isso mesmo, um princípio, e como princípio que é tem de compatibilizar-se com tantos outros princípios fulcrais no nosso processo civil e tem, obviamente, que sofrer limitações, consideramos obsoleta a tese da proibição absoluta de alegação e conhecimento de factos essenciais supervenientes relativos ao mérito da causa em sede de recurso.

No entanto, reconhecemos que a economia processual e a verdade material também não têm de justificar tudo, pelo que não se deve admitir a alegação e o conhecimento de factos supervenientes sem impor algumas limitações.

Parece-nos que a lei processual civil portuguesa os permite, *maxime* pela remissão constante do art.º 663.º, n.º 2, para o art.º 611.º do CPC. Mas somente os deve admitir se, no caso em concreto, for assegurado o princípio do contraditório, se a parte que os alega proceder de boa fé e se da alegação e conhecimento não resultar perturbação inconveniente para o julgamento da ação. Claro fica também que esta será uma ponderação que terá de ser feita pelo julgador (ou seja, pelo tribunal de 2.ª instância) no caso concreto.

Acresce que, tal alegação pode e deve ser considerada pelo tribunal de recurso se for realizada até ao termo do prazo para apresentação de alegações.

Assim sendo, desde que sejam respeitados estes limites, não vemos obstáculos de maior ao conhecimento de factos constitutivos supervenientes alegados pelo autor ou de factos impeditivos, modificativos e extintivos supervenientes alegados pelo réu, em sede de recurso. Antes pelo contrário, vemos um ganho substancial na nossa Justiça.

Consideramos, portanto, que a nossa Jurisprudência deveria começar a adotar uma posição menos restritiva nesta matéria e/ou o legislador deveria, no plano do direito a constituir, criar uma nova solução para o problema, semelhante à adotada em alguns ordenamento jurídicos da Europa.

## Bibliografia

- AMARAL, Jorge Augusto Pais do. *Direito Processual Civil*. 10ª ed. Coimbra: Almedina, 2011.
- CANÁRIO, António Colaço, THOMAZ, Fernão de C. Fernandes. O objecto do recurso em processo civil. In *Revista da Ordem dos Advogados – ROA*, separata do n.º 2, 1982, p. 359-389.
- CASTANHEIRA, Sérgio, CORREIA, João, PIMENTA, Paulo. *Introdução ao Estudo e à Aplicação do Código de Processo Civil de 2013*. Coimbra: Almedina, 2013.
- CUNHA, Leonardo Carneiro da. *A atendibilidade dos factos supervenientes no Processo Civil: Uma análise comparativa entre o sistema português e o brasileiro*. Coimbra: Almedina, 2012.
- FERNANDEZ, Elizabeth. Princípio do dispositivo e objecto da decisão de recurso. In *As recentes reformas na acção executiva e nos recursos*. Coimbra: Coimbra Editora, 2010, p. 329-353.
- FERREIRA, Fernando Amâncio. *Manual dos recursos em Processo Civil*. 9ª ed. Coimbra: Almedina, 2009.
- FERREIRA, Jaime Octávio Cardona. *Guia de Recursos em Processo Civil*. 4ª ed. Coimbra: Coimbra Editora, 2007.
- FREITAS, José Lebre de. *Introdução ao Processo Civil: Conceito e princípios gerais*. 2ª ed., reimpressão. Coimbra: Coimbra Editora, 2009.
- FREITAS, José Lebre de, MACHADO, António Montalvão, PINTO, Rui. *Código de Processo Civil Anotado: Volume 2º*. Coimbra: Coimbra Editora, 2001.
- GERALDES, António Santos Abrantes. *Recursos em Processo Civil: Novo regime*. 3ª ed., revista e actualizada. Coimbra: Almedina, 2010.
- GERALDES, António Santos Abrantes. *Recursos no Novo Código de Processo Civil*. Coimbra: Almedina, 2013.
- LAMEIRAS, Luís Filipe Brites. *Notas Práticas ao Regime dos Recursos em Processo Civil*. 2ª ed. aumentada e reformulada. Coimbra: Almedina, 2009.
- MENDES, João de Castro. *Direito Processual Civil: Volume III*. Lisboa: AAFDL, 2012.
- MENDES, Armindo Ribeiro. *Recursos em Processo Civil: Reforma de 2007*. Coimbra: Coimbra Editora, 2009.
- MENDES, Armindo Ribeiro. *Recursos em Processo Civil*. Lisboa: Lex, 1992.

- MESQUITA, Luís Miguel de Andrade. *Reconvenção e Excepção no Processo Civil*. Coimbra: Almedina, 2009.
- NETO, Abílio. *Código de Processo Civil Anotado*. 22ª ed. actualizada. Lisboa: Ediforum, 2009.
- PISSARRA, Nuno Andrade. O conhecimento de factos supervenientes relativos ao mérito da causa pelo Tribunal de recurso em processo civil. In *Revista da Ordem dos Advogados – ROA*, 2012 (Ano 72), n.º1, p. 287-334.
- REIS, José Alberto dos. *Código de Processo Civil Anotado: Volume V*. 3ª ed., reimpressão. Coimbra: Coimbra Editora, 2012.
- RODRIGUES, Fernando Pereira. *O Novo Processo Civil. Os Princípios Estruturantes*. Coimbra: Almedina, 2013.
- SANTO, João Espírito. *Documento e Recurso Cível*. 2ª ed. Coimbra: Almedina, 2011.
- SOUSA, Miguel Teixeira de. *Estudos sobre o novo Processo Civil*. 2ª ed. Lisboa: Lex, 1997.
- SOUSA, Miguel Teixeira de. *Introdução ao Processo Civil*. 2ª ed. Lisboa: Lex, 2000.